

“NÃO SER DITO DE UM SUBJACENTE”, “UM ISTO” E “SEPARADO”: O CONCEITO DE ESSÊNCIA COMO SUBJACENTE E FORMA (Z-3)

LUCAS ANGIONI

*Departamento de Filosofia,
Universidade Estadual de Campinas,
Campinas, SP*

Mediante uma análise dos significados que a expressão “não ser dito de um subjacente” assume nos textos aristotélicos, o presente artigo procura reavaliar a discrepância entre a concepção de *ousia* nas *Categorias* e em *Metafísica* VII. Interpretações recentes têm concebido o capítulo VII-3 da *Metafísica* como um acerto de contas com o legado das *Categorias*: diante da análise hilemórfica da substância composta, o critério pelo qual se delimita o que é uma *ousia* sofreria uma importante revisão: à noção de subjacência, viriam se somar as noções assinaladas pelas expressões “um isto” e “separado”. Com isso, a discrepância entre os dois textos é reduzida ou a um mero desacordo superficial, ou entrão a um progresso contínuo presidido por um mesmo interesse. Este artigo, no entanto, procura salientar a gravidade da anomalia terminológico-conceitual presente nas *Categorias*, e busca reavaliar de maneira rigorosa a sua pertinência. Afastada a autoridade tradicionalmente concedida a esse texto, abre-se uma nova e promissora perspectiva para a compreensão da concepção de *ousia* no livro VII da *Metafísica*, e sobretudo para a compreensão da estratégia e do horizonte que anima o argumento de VII-3.

This paper seeks to reevaluate the disagreement between two texts concerned with the conception of ousia: the Categories and Metaphysics VII. Recent interpreters have taken chapter Zeta-3 as a payment of the debt with the Categories, so that the hilemorphic analysis of the composite substance would require a revision of the subject-criterion, now improved by the addition of the “a this” and “separate” criterion. Thus, the disagreement between the two texts is reduced to a superficial conflict, or to a continuous path dictated by some single principle. This paper, however, stresses the import of the terminological-conceptual anomaly presented in the Categories, and seeks to revise rigorously its value. Without the traditional credentials of the Categories, it is a new perspective that is open for understanding Aristotle’s concerns and strategies in Zeta-3 and, more fundamentally, Aristotle’s conception of ousia in Metaphysics VII.

No tratado das *Categorias*, é sobretudo pela noção de subjacência última que se atribui primazia à substância primeira, entendida como indivíduo particular apreensível aos sentidos: o principal traço distintivo pelo qual esta última se caracteriza consiste em *não ser dito de um subjacente* (μὴ καθ' ὑποκειμένου λέγεσθαι), isto é, jamais ocupar a posição de predicado em uma proposição. A esse traço, viria se juntar muito naturalmente a característica de ser *um isto* (τόδε τι), a saber, algo denunciável por um adjetivo demonstrativo que indicaria precisamente a *concretude sensível* do indivíduo. Para completar o quadro de notas características da substância primeira, surgiria enfim, um termo que, embora não se apresente explicitamente no texto das *Categorias*, estaria intimamente articulado à configuração conceitual ali presente, a saber, o termo *separado* (χωριστόν), o qual, em pleno acordo com as expressões anteriores, designaria exatamente a *existência separada* pela qual se caracterizam os indivíduos, assim entendidos como coisas particulares que, sendo anteriores aos predicados universais que delas se afirmam, atestariam da maneira mais franca o realismo radical de um discípulo insatisfeito com a *separação das idéias* afirmada por seu mestre.

Não obstante, a caracterização do sentido primeiro de essência¹ assim obtida por meio da convergência daquelas três noções revela-se dificilmente compatível com outra caracterização, que encontramos precisamente no texto explícita e conscientemente destinado a desenvolver o conceito de *ousia* na acepção que Aristóteles julga a mais relevante: a saber, o livro Z da *Metafísica*. Na investigação sobre a essência aí empreendida, assume-se como ponto de partida justamente a caracterização da *essên-*

¹ Neste artigo, utilizaremos como equivalentes os termos “substância”, “essência” e a transliteração *ousia*. Além de constituir um expediente de facilidade para a fluência da exposição, esse procedimento poderia talvez encontrar, na conclusão pretendida por nós, uma justificativa filosófica: pois tentaremos demonstrar as condições em que concordam entre si as duas perspectivas pelas quais se busca delimitar o conceito de *ousia*.

cia como *subjacente* que *não mais se diz de outro* (1028b 36-37). No entanto, se tentarmos manejar o aparato conceitual das *Categorias* tendo em vista a compreensão desse ponto de partida, defrontar-nos-emos imediatamente com algumas sérias inconsistências. Por outro lado, desempenham papel fundamental no andamento argumentativo de Z-3 exatamente as noções de *um isto e separado*, mediante as quais se resolve um impasse decisivo e se delimita um horizonte para o percurso subsequente. Ora, a partir do momento em que, buscando apreender esse sutil andamento argumentativo, apelarmos tão somente aos sentidos que se atribuem às referidas noções *de acordo com a interpretação tradicional* fundada nas *Categorias*, ver-nos-emos embaraçados numa séria dificuldade e correremos até mesmo o risco de perder completamente de vista o significado exato da passagem, ficando lamentavelmente abandonados ao mero expediente de acusar uma pretendida obscuridade ou mesmo inconsistência doutrinária do Estagirita².

Em vista dessas dificuldades de exegese, pretendemos uma nova interpretação do argumento desenvolvido no capítulo Z-3 e do sentido primeiro de *ousia*, em detrimento da leitura tradicional que favorece as pers-

² Interpretações recentes têm ressaltado o descompasso entre *Categorias* e *Metafísica VII*. Entendem que em Z-3 Aristóteles tentaria coadunar a teoria da proposição delineada nas *Categorias* com a análise hilemórfica, diante da qual o indivíduo não mais surgiria como *unidade atômica primitiva*, de tal modo que o mero "subject-criterion" das *Categorias* deveria então ser emendado e aprimorado pela colaboração de dois outros critérios, o *um isto* e o *separado*. Essa apreciação é justa, em linhas gerais. Não obstante, nenhum desses autores deu a devida importância à maneira completamente anômala com que as *Categorias* manejam a expressão "ser dito de um subjacente"; todos eles ainda ressaltam uma continuidade e um acordo de fundo entre *Categorias* e *Metafísica VII*: M. Furth (1988, p. 14, 252-6), T. Irwin (1988, p. 215 ss.), M. Gill (1989, p. 16, 30), M. Loux (1991, p. 3-6), F. Lewis (1991, p. 265-270), R. Bolton (1995, p. 434-6, 438-9). De minha parte, creio que essa anomalia terminológica das *Categorias* (notada por S. Mansion e C.-H. Chen, ver adiante nota 27) traz enormes conseqüências não só para a interpretação de Z-3, como também para a avaliação da estratégia argumentativa de *Metafísica VII-VIII* como um todo (ver a seção VI deste artigo).

pectivas delineadas nas *Categorias*. Ora, no nosso entender, as três notas que, em Z-3, convergem para uma primeira caracterização da *essência* – a saber, *não ser dito de um subjacente, um isto e separado* – assumem um significado bastante preciso, em vista do horizonte que aí interessa à argumentação aristotélica: por meio delas, inicialmente, Aristóteles delimita a primazia da forma sobre a matéria e o composto e, conseqüentemente, aniquila as ilegítimas pretensões da matéria ao título de acepção principal de essência. Mas, além disso, uma compreensão precisa da maneira pela qual se estabelece, mediante as noções de *um isto e separado*, a relativa insuficiência da *ambígua* noção de subjacente para uma definição completa da essência, nos permite conceber que, pela convergência das três referidas expressões, Aristóteles busca delimitar, em vista de uma plena caracterização da essência, *as condições sob as quais haveria uma estrita concordância entre as noções de forma e de subjacente*.

Nesse horizonte, após uma brevíssima análise do mínimo que nos interessa nas *Categorias*, submeteremos o argumento de Z-3 a um detalhado escrutínio, tentando mostrar justamente o ponto acima mencionado, a saber, que as noções de *um isto e separado* intervêm na argumentação justamente para restabelecer as condições, já implícitas em 1029a 5-7, sob as quais convergem entre si os conceitos de forma e de subjacente. Essa tarefa será por nós executada paulatinamente em várias etapas: em primeiro lugar, buscaremos compreender, recorrendo preponderantemente a 1030a 2 ss., o significado exato que os termos *um isto e separado* assumem na argumentação de 1029a 27-30. Em seguida, mediante o auxílio de H-1 e Δ-8, tentaremos comprovar que os referidos termos caracterizam a essência, entendida no âmbito da noção de subjacente, justamente como forma específica a ser definida. Enfim, o capítulo Θ-7 nos servirá de transição para um passo mais audacioso, que consiste em mostrar que, já em 1029a 5-7, a primazia da forma pôde ser legitimamente inferida como *conseqüência interna* da mera definição de subjacente. No interesse de fundamentar tal pretensão, tentaremos mostrar, através de vários textos dos *An. Post.* (I,

4, 22, 27) e de *Física* I, que uma devida compreensão da frase “*não ser dito de (um) subjacente*”, longe de revelar a primazia da “substância primeira”, demarca, em conjunto com as noções de *um isto* e *separado*, as condições em que se efetiva o pleno acordo, já insinuado também em *Metafísica* Δ-8, entre as duas acepções de essência, a de subjacente e a de forma. Finalmente, buscaremos mostrar, de maneira sucinta, que o desenvolvimento do conceito de essência no livro Z, tanto em seus resultados finais como em suas articulações decisivas, confirma inteiramente essa convergência entre as duas noções que a tradição presume serem incompatíveis, o subjacente e a forma: sob o regime de ambas, pois, a essência se apresenta como determinação completa em si mesma, separada de pressuposições extrínsecas e constituída por elementos homogêneos entre si.

I

Nas *Categorias*, a expressão *ser dito de um subjacente* (καθ' ὑποκειμένου (τινος) λέγεσθαι) parece ser concebida como delimitação do tipo geral de predicação, ou simplesmente de *complexão* (συμπλοκή, 2a 6), na qual se compõem termos de modo a resultar numa afirmação (ou numa negação). Constitui um problema inicial para a compreensão desse texto saber se essa delimitação é entendida de maneira suficientemente ampla para compreender em si os dois ou três tipos básicos de predicação reconhecidos por Aristóteles, a saber, a *essencial ou quidditativa* e a *acidental*, que ainda pode ser subdividida, por sua vez, em *por si* e *acidental propriamente dita*³. No entanto, uma vez que seria impossível, dentro dos horizontes deste-

³ Para a distinção entre os dois tipos de predicado καθ' αὐτό (o *quidditativo* e o *acidente per se*), em contraposição aos quais se delimita o predicado *acidental propriamente dito*, remeto para *An. Post.* I-4, 73a 34- b 5. Barnes (1995, p. 117-9) contesta a estrita coincidência entre o chamado *acidente per se* e o segundo tipo de predicado καθ' αὐτό descrito nessa passagem, e nisto é seguido por Tiles (1983, p. 12-13). Não obstante, essa discussão não será estritamente relevante para os inte-

artigo, tentar uma análise acurada dos diversos problemas presentes na malha conceitual das *Categorias*, deveremos deixar para outra ocasião o exame desse problema e ir direto ao ponto que nos interessa.

Por um lado, pois, é suficientemente claro que o autor das *Categorias* utiliza a expressão *ser dito de um subjacente* para descrever a relação lógica que se efetua entre o indivíduo particular e as determinações essenciais (isto é, espécie e gênero) que dele se predicam: “*homem se diz de um subjacente: de algum homem*” (2a 21-22). Essa maneira de entender a referida expressão se repete com clareza, em 3a 10-11, precisamente como traço distintivo que opera a demarcação das *substâncias segundas* em contraposição às *primeiras*, já que ambas têm em comum a propriedade de *não estarem em um subjacente*, pela qual se diferenciam das outras categorias.

Por outro lado, um outro ponto é suficientemente claro: entendida a propriedade de *não estar em um subjacente* como característica comum a ambas as sub-classes incluídas na categoria da substância e, semelhantemente, compreendida como *marca própria da substância segunda* o *ser dito de um subjacente*, o autor do tratado concebe a *substância primeira* pela característica oposta: *não ser dito de um subjacente*. A *substância primeira*, assim, se define pela característica comum de *não estar em um subjacente* e pela característica própria de *não ser dito de um subjacente* (cf. 2a 11-14).

Esse, portanto, é o primeiro ponto que gostaríamos de destacar em vista de nosso argumento: como característica comum que permite traçar a demarcação mais geral entre a categoria da substância e as demais, o autor apresenta a propriedade de *não estar em um subjacente*. Por sobre esse solo comum, a expressão *não ser dito de um subjacente* é entendida como marca própria da *substância primeira*, ao passo que *ser dito de um subjacente* é assumido como traço distintivo da *substância segunda*⁴.

resses deste artigo.

⁴ Não nos interessará, no âmbito deste artigo, a utilização que o autor das *Categorias* faz das expressões *ser dito / não ser dito de um sujeito*, em conjunção com o *estar em um sujeito* (característica comum de todas as categorias não-substanciais),

O segundo ponto consiste na conhecida e tradicional vinculação da noção de *um isto* (τόδε τι) exclusivamente à *substância primeira*: ambas essas noções coincidiriam em designar o indivíduo, entendido como coisa particular a existir em separado e presente de modo imediato aos sentidos. Em oposição ao τόδε τι, por sua vez, a substância segunda seria concebida como uma mera *qualidade* (ποιόν τι) que, mesmo *concernente à essência* (περὶ οὐσίῳν), não teria existência independente como coisa concreta (cf. 3b 10-21).

Recolhidos esses dados preliminares, voltemo-nos ao argumento de Z-3, no qual a *ousia*, sob uma primeira acepção que lhe é inicialmente reconhecida, a de *subjacente*, delimita-se precisamente pela *marca distintiva* atribuída nas *Categorias* às *substâncias primeiras*: o não ser dito de outro.

II

No capítulo Z-3, tendo introduzido quatro acepções em que a essência é dita, Aristóteles concede especial atenção à noção de *subjacente*, que lhe permite então, imediatamente, isolar a *forma* como *anterior* e, por isso mesmo, melhor candidato ao título de essência (1029a 5-7). Logo em seguida, no entanto, Aristóteles mostra que a noção de *subjacente* é, de certo modo, insuficiente para uma determinação completa do conceito de essência, *justamente porque*, segundo um dos sentidos em que pode ser tomada, levaria a conceber a *matéria indeterminada* como essência no mais alto grau. Assim, visando eliminar de vez as pretensões da matéria ao título de essência primeira, Aristóteles introduz as noções de *um isto e separado*, segundo as quais se restabelece a primazia da forma e do composto sobre a matéria. As linhas restantes do capítulo, enfim, ocupam-se em isolar, após tais considerações, a noção de forma como objeto privilegiado da investigação subsequente a respeito da noção de essência.

para demarcar uma pretendida distinção entre *acidentes particulares e universais*.

Embora essa estrutura argumentativa seja relativamente simples, vários intérpretes não atinaram com ela⁵. O problema de fundo que a torna plenamente inteligível, no entanto, é bastante claro: trata-se de saber se a noção de *essência*, nos devidos contornos que interessam a Aristóteles no horizonte do livro Z, pode ser suficientemente determinada pela noção de subjacente. Visto que interessará a Aristóteles delimitar o conceito de *essência* enquanto *forma definienda* (princípio de determinação completa e de cognoscibilidade dos entes naturais), trata-se de saber *se e de que maneira* a noção de *subjacente* permitiria um discernimento adequado da noção de *essência* entendida segundo essa perspectiva.

Para uma justa compreensão desse complexo argumentativo, uma primeira pergunta que se impõe consiste em saber de que maneira as noções de *um isto e separado* permitem restabelecer a primazia da forma sobre a matéria, de modo a *reduzir ao absurdo* as pretensões do *substrato material* ao título de *essência* e *demonstrar* a insuficiência da noção de subjacente, entendida segundo uma de suas acepções, para uma completa deter-

⁵ Ross (1924, vol. II, p. 164-5) confessa seu impasse e não deixa de acusar o raciocínio aristotélico de *surpreendente*. Le Blond (1939, p. 376, 382), sem a elegante circunspeção do estudioso inglês, passa a acusar Aristóteles de “inconsistência” e de “oscilação perpétua” entre o idealismo platônico e o empirismo asclepiáda. Mais recentemente, D. Bostock (1984, p. 74-85) também não encontrou o fio condutor que lhe permitiria a compreensão plena do capítulo. Owen (“*Particular and General*”, in (1986), p. 288) entende o argumento aristotélico como tentativa de conciliar duas perspectivas recalcitrantes, cuja incompatibilidade, porém, seria fundada em algo mais sólido do que a mera ambigüidade da noção de subjacente. S. Mansion (1946, p. 361-2), por sua vez, julga acertadamente que a argumentação de Z-3 se destina a eliminar as ambigüidades da definição de subjacente. Interpretações mais recentes têm ido nessa direção: entendem Z-3 como um acerto de contas com o “subject-criterion” das *Categorias*, sob a forma de uma *reductio ad absurdum*: M. Gill (1989, p. 15-19), M. Loux (1991, p. 54-7), F. Lewis (1991, p. 271-6, 278-82), R. Bolton (1995, p. 442-7), e Irwin (1988, p. 215 ss.), a respeito do qual apresentaremos mais adiante, na nota 23, uma apreciação mais detalhada. Ver também o relato das discussões do Seminário de Londres em Burnyeat (1979, p. 11-16).

minação do conceito de essência. Devemos examinar, assim, de que maneira tais noções, reconhecidas como notas distintivas do conceito de essência, permitem determiná-la, enquanto objeto da investigação subsequente, precisamente como forma.

Uma questão ulterior, entretanto, se apresenta tão logo tenhamos resolvido esta primeira. Ora, é de se notar que, em 1029a 5-7, tendo meramente introduzido uma breve definição da noção de subjacente, então ainda concebida como suficiente caracterização inicial do conceito de essência, Aristóteles aduz *ex abrupto* uma pretendida consequência (cf. ὥστε) dessa primeira caracterização: Aristóteles pretende, pois, que a essência que se apresenta como *subjacente primeiro* não é senão a forma, anterior ao composto e à matéria⁶. Antes de acusar Aristóteles de inconse-

⁶ Não obstante, há uma diferença relevante no texto dos manuscritos. Pretendemos mostrar que a lição seguida por Ross é defensável filosoficamente, não obstante haver uma frase semelhante, em 1029a 29-30, que pareceria favorecer antes a leitura adotada por Bekker. No nosso entender, 1029a 5-7 consiste num argumento condensado, que, deixando implícitas todas as mediações que o legitimam, afirma *ex abrupto* a primazia da forma, que é o que interessará a Aristóteles na seqüência do livro Z. Por sua vez, 1029a 29-30 estaria inserido no movimento argumentativo iniciado em 1029a 9, que se destina a estabelecer *mais cautelosamente* a primazia da forma, em atenção a um *outro significado* da noção de subjacente, segundo o qual a conclusão abrupta aduzida em 1029a 5-7 seria *ilegítima*. Assim, paulatinamente, Aristóteles primeiro se empenharia em mostrar que a matéria é posterior à forma e ao composto (1029a 29-30), e só depois isolaria a forma (retomaremos esse problema adiante, na nota 20). A lição de Bekker – adotada por M. Gill (1989, 16-18) – poderia ser utilizada como prova de que o *de ambos*, não sendo *posterior à forma*, atestaria o *realismo* de Aristóteles, etc. Ora, é claro que Aristóteles se interessa pelo *indivíduo* que existe como coisa concreta, etc. Não obstante, essa preocupação *não faz parte dos interesses de Z*. Neste texto, interessa a Aristóteles determinar a essência como princípio de *determinação formal e cognoscibilidade científica* (isto é, *definibilidade*) dos entes naturais, e nem mesmo na crítica ao platonismo, em Z-13, ele se preocupa em trazer para o argumento uma suposta prioridade ontológica do indivíduo concreto (a esse respeito, cf. nota 50 adiante). (Agradecemos a Marco Zingano, que nos apontou a necessidade de justificar a escolha das lições neste ponto decisivo).

qüência argumentativa ou de obscuridade terminológica, devemos examinar se não há, como mediador dessa conseqüência assim abruptamente aduzida, alguma premissa implícita que a legitime, isto é, que determine em que condições pode haver uma estrita concordância entre ambas as perspectivas que parecem constituir alternativas contraditórias, a saber, a perspectiva do *subjacente* e a da *forma*. Se o resultado desse exame, como pretendemos, for afirmativo, poderemos mostrar que há uma estrita convergência entre, de uma parte, as noções de *um isto e separado*, com auxílio das quais se obtém a segunda e definitiva seleção da forma como acepção primordial de essência e, de outra parte, a expressão *não ser dito de um subjacente*, pela qual se obtivera subitamente uma primeira delimitação da primazia da forma como acepção privilegiada *de subjacente* e, conseqüentemente, de essência. E, ainda, se isto for correto, estará demonstrado que o interesse argumentativo de Aristóteles em Z-3 consiste em, por um lado, determinar a estrita concordância dos dois critérios pelos quais se pretende delimitar a essência (o do *subjacente* e o da *forma*) e, de outro lado, chamar atenção, não obstante essa concordância, para a perniciosa ambivalência da noção de subjacente.

Será conveniente à nossa estratégia argumentativa analisar essas duas questões na ordem em que as apresentamos. Assim, deixando provisoriamente de lado, na medida em que for possível, a questão mais complexa de determinar as premissas implícitas que garantem a legitimidade da conseqüência aduzida em 1029a 5-7, passemos ao segundo passo do argumento desenhado em Z-3: tendo aduzido *ex abrupto* a primazia da forma a partir tão somente da definição da noção de subjacente, Aristóteles, não sem antes mencionar novamente tal definição, se dá conta de que tal argumento *não é suficiente* para obter uma determinação completa do conceito de essência a partir da referida noção (1029a 7-9).

Aristóteles apresenta duas razões para essa insuficiência: "*pois isto mesmo (sc. esta definição de subjacente aqui dada) não é claro, e, além do mais, a matéria tornar-se-ia essência*" (1029a 10). Ambas essas razões, porém, pode-

rão ser reduzidas a uma só, tão logo se compreenda que a *indesejada* emergência da matéria como essência no mais alto grau depende precisamente da ambivalência confusa da noção de subjacente. Esta última, pois, pode ser tomada em múltiplos sentidos, reconhecidos logo no início do argumento aristotélico, em 1029a 2-3, e rememorados justamente na recapitulação oferecida em H-1, 1042a 26-31: o subjacente pode ser entendido como forma, matéria ou o composto de ambas. Segundo a perspectiva das *Categorias*, é antes o indivíduo concreto que parece merecer a designação de subjacente. No entanto, segundo uma perspectiva *física* de análise do devir, ocorre ser *subjacente* tanto o indivíduo concreto, subjacente às afecções contingentes que lhe sobrevêm, como também e sobretudo, a matéria, que subjaz à geração de uma nova substância. Finalmente, o subjacente pode ser assumido como *forma*: e uma tal afirmação, pretendidamente inusitada, só pode nos surpreender no sentido de nos conduzir a uma investigação meticulosa das condições implícitas que a legitimam.

Talvez aquelas duas primeiras perspectivas pudessem coincidir entre si, se pudéssemos admitir que, na linguagem comum, a matéria funcionasse como subjacente *do qual se predicam* todas as categorias (cf. 1029a 23-4)⁷, ou talvez

⁷ Em recentes tentativas de interpretação de *Metafísica* VII, aponta-se como principal contribuição deste texto a tese de que a "species-predication" contemplada nas *Categorias* deveria ser analisada ulteriormente em um tipo mais básico e primitivo de predicação, aquele em que a forma se predica (acidentalmente) da matéria ("form-predication"). Ver J. Owens (1967, p. 195-204), J. Kung (1978), M. Loux (1991, p. 62-3, 109-146), M. Furth (1988, p. 250-1), C. Page (1985) e T. Scaltsas (1992, p. 181-2). Em alguns casos, essa proposta é altamente interessante, como em Loux e Furth, que a entendem no horizonte de uma *restitutibilidade* (quineana) das explicações macro-estruturais em termos de explicações mais primitivas. Não obstante, esse tipo de interpretação esbarra em algumas dificuldades insuperáveis, que não cabe analisar neste artigo. Creio que Aristóteles jamais reconhece proposições em que sirva como sujeito a pura matéria desprovida de qualquer determinação formal. Cf. a excelente análise de Wieland (1993, p. 150-1) a esse respeito. Ver também o comentário de Tomás (*Expositio*, Liber VII, lectio II, 1289) e, ainda, J. Brunschwig (1979), que mostra com destreza que o verbo

o argumento aristotélico em Z-3 não pretenda outra coisa senão estabelecer a inconsistência interna da perspectiva das *Categorias*, a qual, tendo em vista estabelecer a primazia do *de ambos*, conduz ao primado da matéria. Seja como for, importa antes notar que, se o *subjacente primeiro* for concebido segundo uma perspectiva de *análise física* preocupada em discriminar, tanto quanto possível, os elementos subjacentes a partir dos quais se constituem os entes, obter-se-ia, como resultado final, uma matéria última (τὸ ἔσχατον) aquém de todas as determinações categoriais. É nesse raciocínio que Aristóteles se empenha na passagem 1029a10-26: eliminem-se de um corpo, inicialmente, as afecções e potências pelas quais ele se determina; em seguida, eliminem-se as dimensões quantitativas que o delimitam. Ter-se-á, como resultado, um *subjacente último* que, nesta perspectiva, se apresenta como uma matéria absolutamente indeterminada (1029a 20-21, 24-25).

Eis aqui um ponto decisivo: em toda essa passagem, longe de pretender fornecer uma caracterização de seu conceito de *matéria-prima* e mais longe ainda de pretender delimitar a essência como um tal substrato último, Aristóteles nada mais faz senão *reduzir ao absurdo* essa indesejada consequência da premissa de que a noção de essência deva se definir pela noção de subjacente: pois, assumida esta última naquela acepção física, resulta ser essência no sentido primeiro uma *matéria absolutamente indeterminada*, conclusão que, no entanto, jamais poderia ser aceita por Aristóteles, justamente porque, como ficará claro na seqüência do livro Z, interessa-lhe determinar o conceito de essência como *aquilo pelo que o ente se torna determinado e otimamente cognoscível*, isto é, interessa-lhe o horizonte da *determinação formal* como fio condutor para o desenvolvimento do conceito de essência. Por isso, mediante duas marcas distintivas que se reconhece seguramente pertencerem à essência, o *um isto* e o *separado*, Aristóteles mostra que jamais poderia ser essência no mais alto grau a *matéria absolutamente desprovida de determinações* (1029a 27-30).

κατηγορεῖσθαι não tem o mesmo sentido nos dois tipos de correlação ao qual é aplicado, a saber, a correlação entre as propriedades (acidentais ou essenciais) e a substância, e a relação da forma à matéria.

Para entender, de modo preciso, de que maneira funciona, em sua legitimidade, essa *redução ao absurdo* e de que maneira ela já sugere como centro de interesse, a ser ulteriormente investigado, a noção de forma, devemos nos ater aos termos *um isto* (τόδε τι) e *separado* (χωριστόν), inesgotáveis fontes de debate e equívocos⁸. E, em vista de nossa estratégia, voltamos nossa atenção inicialmente ao τόδε τι, pela simples razão de que o mesmo será utilizado pouco adiante, em Z-4, 1030a 2 ss., no âmbito de um argumento destinado a caracterizar a essência como *quê-era-ser*.

Creemos poder mostrar dois pontos, relativos, respectivamente, às duas questões principais que nos interessam: em primeiro lugar, tal termo assinala, no referido texto, a essência como *determinação formal completa e separada em si mesma* e, conseqüentemente, em segundo lugar, também já evidencia a inteira convergência entre tal conceito de essência e a noção de subjacente, caracterizada, no início de Z-3, pela expressão *não ser dito de um subjacente*.

III

No capítulo Z-4, até precisamente o passo 1030a 2, mediante o exame de diversos tipos de predicação, Aristóteles viera delimitando o concei-

⁸ A compreensão do termo τόδε τι como equivalente de *indivíduo*, de *particular apreensível aos sentidos*, etc., já pareceu tão inexoravelmente consolidada, que Le Blond (1939, p. 375, nota 1) pôde valer-se de um irônico desprezo contra uma interpretação que tentava associá-lo à determinação formal. No entanto, um exame criterioso dos significados do referido termo nos mostra que, em diversos contextos, como pretendemos mostrar, ele se refere justamente à determinação formal na categoria da essência. Cf. para tal interpretação, o *Index Aristotelicum* de H. Bonitz ("τόδε (...) et plerumque τόδε τι ita usurpatur ut eundem fere ambitum notionis habeat et eandem varietatem atque ούσία", 1955, p. 495), H. Cherniss (1944, vol. I, p. 343, 351, 371), S. Mansion (1946, p. 361-2), J. Moreau (1985, p. 186), M. Gill (1989, p. 31-34) e a engenhosa interpretação de M. Loux (1991, p. 29-32). Isso, não obstante, não esgota a questão: de maneira alguma pretendemos uma validade universal para a interpretação que iremos propor, circunscrita a Z, 3-4 e alguns outros textos.

to de *quê-era-ser* (τὸ τί ἦν εἶναι) de um ponto de vista estritamente *dialético* (λογικῶς). Segundo o resultado dessa análise, nada impediria que, de acordo com uma compreensão ampla de seu conceito, houvesse *quê-era-ser* para qualquer composto que recebesse um nome único, na medida em que, sob a *unidade do nome* assim designado, haveria uma multiplicidade de elementos constituintes, a serem discriminados por uma definição que explicitasse que tal composto *é isto nisto*. Seja o caso, por exemplo, em que *veste* fosse o nome a designar o composto *homem branco* (1029b 27-28): tal composto, assim, poderia ser definido justamente pela discriminação de seus componentes, de modo que o enunciado *homem branco*, mera explicitação semântica do nome *veste*, poderia ser entendido como expressão do *quê-era-ser veste* (τὸ ἵματίῳ εἶναι). Ora, diante desse quadro, evidentemente provisório e ainda insatisfatório, Aristóteles introduz a noção de *um isto* exatamente em vista de uma delimitação mais exigente do conceito de *quê era ser*, para além da anterior delimitação meramente dialética, segundo a qual haveria *quê era ser* para qualquer composto dotado de designação única, por mais accidental e contingente que fosse sua unidade interna⁹. Nessa perspectiva, toda a argumentação da passagem subsequente, 1030a 2-17, passará a se estruturar em torno da contraposição entre, por um lado, *um isto* e, por outro lado, aquilo que *se diz de outro* (1030a 4), ou, mais precisamente, aquilo que *se diz por um outro ser dito de um outro* (1030a 11).

Aristóteles visa caracterizar o *quê-era-ser* em função de uma definibilidade entendida de modo mais rigoroso do que a mera discriminação de elementos de um composto qualquer que receba nome único. E este resultado é aduzido, em 1030a 6 (cf. ὥστε), justamente por intermédio da oposição entre *um isto* e o composto *homem branco*. Esse andamento argumentativo, pois, esclarece que Aristóteles compreende aqui como concei-

⁹ Esse andamento argumentativo passou completamente despercebido a Bostock (1994, p. 88): "...it is not clear what is supposed to be the advantage of having a single word for 'pale man'...". (Ver também o desconforto de M. Loux (1991, p. 79-80).

tos equivalentes, ao menos sob certo aspecto, o *quê-era-ser* e o *um isto*. E, na seqüência da argumentação, ao especificar as condições a serem satisfeitas por esse tipo mais rigoroso de definição, Aristóteles aponta precisamente para a exigência de que o *definiendum* (ou seja: o *quê-era-ser* e *um isto*) seja algo que se diz *não por um outro ser dito de um outro* (1030a 10-11), o que redundaria em dizer que (cf. ἄρα) o *definiendum* deve ser uma *espécie de gênero*, constituída não por participação, nem por acidente, nem por afecção (1030a 11-14)¹⁰.

Creemos que, a partir da compreensão minuciosa dessa passagem, é possível ao mesmo tempo não apenas responder nossas duas questões principais – isto é, (a) o modo pelo qual a noção de *um isto* restabelece o primado da forma como acepção principal de essência e (b) a maneira pela qual Aristóteles determina a unidade profunda entre os dois critérios fundamentais para a determinação do conceito de essência –, mas tam-

¹⁰ Essa estrita associação entre o τόδε τι e a definibilidade, já nos recomenda, por si só, a contemplar com muita reserva as tentativas tradicionais de associar tal termo indiscriminadamente ao *indivíduo sensível*, na medida em que este último, constituindo-se mediante uma matéria contingente, escapa ao domínio da definibilidade (cf. Z-15, 1039b 27-31). De fato, o resultado sugerido pelo texto que analisamos é bem outro: longe de identificar-se imediatamente ao indivíduo, o τόδε τι apresenta-se como γένους εἶδος que, em sua constituição interna, se contrapõe à estrutura heterogênea dos compostos que se dizem *por um outro ser dito de um outro*. Aubenque (1962, p. 462-472), diante dessa inequívoca associação entre o τόδε τι e a definibilidade, se propõe a manter o sentido tradicional do referido termo pela mirabolante idéia de que, com a fórmula τὸ τί ἦν εἶναι, Aristóteles estaria querendo introduzir uma *definibilidade própria ao indivíduo*, a qual, no entanto, pela coleção dos acidentes mutáveis, só poderia referir-se *retrospectivamente* a seu objeto (daí o imperfeito ἦν), depois que a morte do indivíduo permitisse a devida seleção dos acidentes relevantes à sua essência... Essa proposta, no entanto, ignora inteiramente a incompatibilidade entre o conhecimento estritamente científico e a contingência da matéria que perfaz os indivíduos (cf. Z-15, 1039b 27-31), assim como deixa escapar todo o andamento argumentativo de 1030a 2-14, no qual a definibilidade do τὸ τί ἦν εἶναι é caracterizada precisamente pela *unidade homogênea* entre os elementos de seu objeto.

bém compreender a peculiar configuração terminológica que aqui nos interessa ressaltar: o perfeito acordo entre, por um lado, as noções de *um isto* e *separado* e, por outro lado, a expressão *não ser dito de um subjacente*, por cuja convergência, pois, se torna manifesto que o fio condutor principal que guiará todo o percurso da investigação sobre a essência no livro Z, consiste precisamente na noção de *forma específica*, objeto da definição e *sujeito* por excelência das proposições científicas.

Para alcançar tal compreensão, devemos nos ater principalmente às expressões *ser dito de outro* e *ser dito por um outro ser dito de outro*, com auxílio das quais Aristóteles pretende determinar o conceito de *um isto* como mediador que permite uma delimitação mais rigorosa do *quê-era-ser*. Inicialmente, em 1030a 3-7, o *um isto* se apresenta, em contraposição ao caso em que *um outro se diz de um outro*, como aquilo cujo enunciado merece rigorosamente o título de definição, na medida em que não se restringe a explicitar o significado de um nome. Felizmente, nesta passagem, Aristóteles ilustra seu argumento com um exemplo razoavelmente claro: o caso em que *um outro se diz de outro* se refere exatamente ao caso em que *um acidente, tal como branco*, se afirma de uma *substância, tal como homem*, de modo a resultar num composto heterogêneo, tal como *homem branco*. Se esta leitura é correta, o *um isto* surge, assim, como algo contraposto precisamente aos compostos constituídos por uma relação externa entre uma substância e uma determinação accidental: de uma tal relação, pois, resulta uma mera composição heterogênea, cujo enunciado definitório nada mais exprime senão que o nome a ser definido significa “isto nisto”, tal como o enunciado “*homem branco*” em relação a *veste* (ou tal como o enunciado “*estrondo nas nuvens*” em relação a *trovão*). O *um isto*, no entanto, enquanto objeto de uma autêntica definição, entendida como algo mais que uma mera explicitação semântica, delimita-se como uma unidade seguramente *mais coesa* do que essa ligação heterogênea entre dois termos cuja essência ($\tau\acute{o}$ < $\tau\acute{\omega}$ > εἶναι) jamais se reduziria a algo comum. De fato, após estabelecer essa convergência das noções de *um isto*, *quê-era-ser* e definição, Aristóteles afirma então que o *definiendum* primeiro (cf. πρώτου, 1030a 10) é tal que se diz “*não por um outro ser dito de um outro*” (1030a 10-11), isto é, segundo o exemplo do *homem*

branco, tal que não se constitui pela ligação extrínseca entre uma substância (*homem*) e uma determinação que lhe é acidental (*branco*). Revela-se, assim, a exata coincidência entre o caso em que *um outro é dito de outro*, e o caso em que algo se diz *por um outro ser dito de um outro*: com ambas essas expressões, Aristóteles estava a designar precisamente esse tipo de relação heterogênea que constitui os compostos de substância mais acidente. Assim, para delimitar a noção de *um isto* nos devidos contornos que ela assume no interior dessa contraposição, devemos procurar compreender de maneira precisa a frase *ser dito não por um outro ser dito de um outro*.

Observemos, pois, que tal frase deve ser tomada não como se apontasse para uma *unidade simples*, na qual simplesmente não haveria atribuição de algo a algo, na qual simplesmente um nome qualquer não seria dito de outro nome qualquer, na qual, enfim, não seria possível discriminar mais de um componente¹¹. Muito pelo contrário: devemos entender que tal frase aponta efetivamente para uma *unidade complexa*, cujos elementos constituintes, no entanto, apresentem-se de certo modo idênticos entre si, em comparação, ao menos, à alteridade irreduzível que demarca os componentes de um composto acidental tal como *homem branco*. Para apreender o argumento aristotélico, devemos entender o termo *outro*, nessa frase, numa acepção forte: os termos envolvidos na predicação acidental que constitui um composto do tipo *homem branco* manifestam-se efetivamente como *outros*, isto é, como *distintos quanto ao ser*, como entes heterogêneos cujas respectivas essências jamais poderiam ser reduzidas a algo

¹¹ É por não ter compreendido precisamente o caráter dessa unidade do *definiendum* que Bostock (1994, p. 91) aponta uma pretensa inconsistência argumentativa em 1030a 6-17: no seu entender, segundo o critério de que só haveria essência e definição para entes *simples*, o gênero e a diferença, ao contrário do que Aristóteles pretende, deveriam ser essência num sentido mais próprio do que a espécie que se constitui a partir de ambos. Ora, mas o interesse aristotélico caminha na direção diametralmente oposta: pois o critério para a definibilidade da essência não exige uma *simplicidade* entendida nesse sentido, mas antes uma *unidade complexa homogênea* e, além disso, *completa em si mesma*, que é justamente a marca da forma específica.

comum¹². Mesmo no caso de uma determinação não-quidditativa atribuída ao subjacente *per se*, isto é, no caso do segundo tipo de predicado καθ' αὐτό reconhecido em *An. Post.*, I, 4, 73a 37 ss., permanece irreduzível a alteridade essencial entre ambos os termos: “o ser-superfície não é o ser-branco” (1029b 16-18), muito embora branco seja atribuído καθ' αὐτό à superfície (cf. *Met.*, Δ-18, 1022a 30-31). Cremos que é a essa alteridade heterogênea entre os elementos de um composto que se contrapõe o *um isto*, enquanto espécie de gênero, enquanto *definiendum* por excelência¹³.

Essa interpretação é confirmada pela explícita correspondência, nesse mesmo passo, entre, de um lado, aquilo que se diz não por um outro ser dito de um outro e, de outro lado, as espécies de gênero, γένους εἶδη. Estas últimas, pois, de modo algum poderiam ser entendidas como unidades absolutamente simples, desprovidas de elementos: e, com o genitivo γένους, de certo modo pleonástico, Aristóteles, a meu ver, quer advertidamente sublinhar o caráter complexo da unidade constituída por uma espécie¹⁴. Toda

¹² Cf. *Metafísica*, Δ-28, 1024b 9-16. É ao ἕτερον τῷ γένει aí delimitado que me refiro, quando caracterizo como heterogêneos os elementos de *homem branco*. Essa heterogeneidade, pois, consiste numa alteridade essencial (ἕτερον τῷ εἶναι), uma diversidade quanto ao ser essencial que cada um dos termos é: a essência dos heterogêneos não é redutível a algo comum.

¹³ Espanta-nos a maneira pela qual passa despercebida a Bostock (1994) essa noção precisa de alteridade heterogênea. Ele afirma: “being for a man is not the same as being for an animal” (p. 87). Ora, mas a noção de alteridade quanto ao ser é manejada por Aristóteles tão somente no interesse de oferecer contrastivamente o contorno fundamental para a homogeneidade entre os constituintes da essência. Assim, numa predicação quidditativa como “Sócrates é homem” ou “homem é animal”, há, ao contrário do que pretende Bostock (cf.: “Socrates may be said to ‘have a being different from’ the predicate man, since Socrates is a particular and the predicate is a universal”, p. 79), identidade quanto ao ser entre os termos da proposição. O desígnio de distinguir respectivamente o estatuto ontológico da coisa particular e o do universal é inteiramente estranho a contextos como este que aqui analisamos.

¹⁴ Traduzirei εἶδος, doravante, por *forma específica*, com base em Z-12, tentando evitar a separação tradicional entre os conceitos de *forma* e *espécie*, a qual, ao menos nos contornos precisos que ela assume a partir dos medievais, não interessa a

forma específica, pois, envolve, como elementos constituintes, gênero e diferença: ambos esses elementos, no entanto, não são *outros entre si*, não há entre eles nenhuma alteridade essencial quanto ao ser, não há entre eles nenhuma *heterogeneidade*, pois, muito pelo contrário, todo o esforço de Aristóteles no decisivo capítulo Z-12 consistirá em mostrar que o gênero não constitui nada à parte das espécies nas quais se diferencia ulteriormente (cf. 1038a 5-6), de tal modo que a diferença última perfeita (τελευταία διαφορά), obtida a partir de um critério único de diferenciação progressiva de uma mesma determinação, resume em si mesma toda a essência, não com exclusão do gênero, mas muito pelo contrário, incluindo-o como elemento potencialmente contido em si mesma (cf. 1038a 18-20). A dificuldade central que Aristóteles se propõe responder nesse capítulo Z-12 consiste precisamente na razão pela qual os elementos do *definiendum* e, conseqüentemente, os termos da definição, constituem uma unidade consistente em si mesma. Não seria exagero afirmar que essa dificuldade emerge, aos olhos de Aristóteles, precisamente em face da precariedade das *ligações extrínsecas* que constituem a unidade de um composto heterogêneo tal como *homem branco*: tal ligação assenta numa base meramente contingente, incapaz de determinar, entre os elementos assim conectados, uma unidade satisfatoriamente autoconsistente. Insatisfeito com essa unidade meramente externa entre heterogêneos, é justamente em contraposição a ela¹⁵ que Aristóteles procura então determinar a unidade do *definiendum*, tal como já havia feito em Z-4, mediante a noção de *um isto*, a qual, não por mera coincidência, volta a comparecer em 1037b 27, com o mesmo sentido preciso que havia assumido anteriormente¹⁶.

Aristóteles no contexto de Z.

¹⁵ Também em contraposição à unidade participacional da idéia platônica. Cf. adiante, nota 51.

¹⁶ Semelhante configuração conceitual será retomada no capítulo H-6, no qual o mesmo problema da unidade entre os termos da definição (e, conseqüentemente, entre os elementos do *definiendum*) será resolvido mediante a intervenção dos conceitos de *potência* e *ato*, aplicados, respectivamente, à *matéria* e à *forma*. O

Nessa perspectiva, se há algum sentido em dizer que a diferença se atribui ao gênero, ou vice-versa¹⁷, o certo é que, numa atribuição deste tipo, se é que ela é possível, não temos o caso de *um outro ser dito de um outro*. Este é o ponto fundamental: ao introduzir, em 1030a 10-11, a expressão *ser dito não por um outro ser dito de um outro* para descrever a constituição interna da forma *definienda*, é com a *alteridade* entre os termos aí envolvidos que Aristóteles está preocupado, e não com um possível estatuto *atributivo* da conexão entre gênero e diferença. Diante disso, interessamos observar que a noção de *um isto*, correlacionada, neste contexto, às formas específicas que *se dizem não por um outro ser dito de um outro*, se apresenta assim como *unidade formal complexa*, constituída por elementos que excluem toda alteridade ou heterogeneidade recíproca.

Em vista disso, podemos finalmente responder ao nosso primeiro problema: não foi senão sob esse contorno que o *um isto*, entendido como *forma específica*, pôde ser convocado em 1029a 27-30, juntamente com a noção de *separado*, para restabelecer a primazia da forma sobre a matéria e restringir de maneira decisiva as pretensões da noção de subjacente para uma delimitação completa do conceito de essência.

Antes de passar ao nosso segundo problema, devemos mostrar que essa compreensão do conceito de *um isto*, assim como sua íntima vincula-

núcleo da argumentação aristotélica, a meu ver, consiste no seguinte: a forma específica consiste numa unidade complexa, constituída por várias determinações nela imanentes, potencialmente nela contidas assim como um triângulo está potencialmente inscrito num semi-círculo. Ocorre que, dessas determinações, aquela que imediatamente pode existir separadamente, sem as determinações ulteriores que perfazem a forma específica, recebe o título de *matéria*. Este último termo, porém, apresenta uma gama de significados cuja determinação precisa consistirá na razão principal das peripécias argumentativas do livro Z. Remeto para o artigo "Sobre a relação entre matéria e forma na constituição da essência sensível em Aristóteles" (1997), no qual procurei examinar tal problema de maneira detalhada.

¹⁷ Este é um ponto polêmico (cf. *Metafísica*, B-3, 998b 23-26; veja-se J. Brunschwig (1979)), mas o resultado de sua possível resolução é indiferente para o objetivo que tenho em vista.

ção com a noção de *separado*, pode, além do mais, ser ligeiramente confirmada por outras passagens de Aristóteles. Em *Metafísica* H-1, 1042a 26-31, por exemplo, num argumento recapitulativo que guarda fecundas semelhanças com o conjunto de Z-3, após reintroduzir a afirmação de que a essência é subjacente, Aristóteles se vale exatamente das mesmas noções de *um isto* e *separado* em vista de uma classificação das três acepções possíveis de subjacente: “e a essência é subjacente: de uma certa maneira, a matéria (e entendo aqui por matéria aquela que, não sendo efetivamente *um isto*, é em potência *um isto*), de outra maneira, por sua vez, a razão definitiva e a forma, que, sendo *um isto*, é *separável* pelo enunciado; e, em terceiro lugar, o de ambas, do qual unicamente há geração e corrupção e que é *separado* incondicionalmente”¹⁸.

Interessa-nos observar o seguinte ponto: entre, de um lado, a matéria, aqui delimitada como potencialidade ainda desprovida de determinação efetiva e o composto de ambas, então caracterizado como algo *separado*, mas *do qual há geração e corrupção*, a forma emerge como a única acepção de essência (e assim entendida *no âmbito da noção de subjacente*) apta a ser caracterizada por *ambas* as notas distintivas, o *um isto* e o *separado*, pelas quais se resolvera a argumentação de Z-3. Esta última, à luz destas novas indicações, pode, assim, ser melhor compreendida. Pouco importa que a separabilidade λόγῳ da forma seja aqui entendida restritamente como *distinção conceitual*, em contraposição à *separabilidade sem mais* do composto¹⁹. Ou melhor, é por isso mesmo, como veremos, que Aristóteles poderia se fundamentar na *convergência* entre τόδε τι e χωριστόν para assinalar o primado da forma *também* sobre o composto. Ora, o fato de este último

¹⁸ Estou consciente das inúmeras dificuldades de se traduzir λόγος e λόγῳ nesse contexto. Não obstante, para o objetivo que tenho em vista, é suficiente para mim verificar que o *um isto* é associado efetivamente apenas à forma, à qual também se reconhece algum tipo, ainda que secundário, de separabilidade.

¹⁹ Para os diversos sentidos de χωριστόν, remeto ao clássico trabalho de Cherniss (1944, vol. I, pp. 370-2), o qual, não obstante seus inúmeros inconvenientes, afasta de modo penetrante as interpretações simplórias que vinculam o τόδε τι e o χωριστόν exclusivamente ao indivíduo. (Ver também Gill (1989, p. 34-8).

não receber aqui a caracterização de ser precisamente *um isto* constitui um forte indício de que, não obstante sua separabilidade ser *superior*, em certo sentido, à mera separabilidade lógica da forma, a *convergência simultânea* de ambas as noções, o *um isto* e o *separado*, funciona como critério suficiente para discriminar a primazia da forma. O raciocínio subjacente ao problema seria o seguinte: embora seja *separado* no sentido, talvez, mais próprio do termo, o composto, justamente por apresentar em sua constituição interna uma matéria contingente que *o exclui da esfera da definibilidade*, não receberia a designação de *um isto*, a qual, cumpre lembrar, fora introduzida, em 1030a 2-14, justamente como *definiendum* constituído por elementos homogêneos entre si. Nesse sentido, em vista do interesse preponderante de caracterizar a essência como princípio de determinação e definibilidade dos entes naturais, a forma surgiria como acepção primeira de essência, situada entre duas indeterminações, a indeterminação ainda potencial da matéria e, por outro lado, a indeterminação que sobrevém ao indivíduo em virtude de sua matéria contingente (cf. 1039b 27-31)²⁰.

²⁰ Assim, podemos fornecer alguma razão *filosófica* para adotar a lição τὸ ἓν em 1029a 6, seguida por Ross. Ei-la: em 1029a 27-30, Aristóteles introduz as noções de τὸ δε τι e χωριστόν tão apenas com o objetivo *preciso e restrito* de aniquilar de vez as pretensões da matéria última ao título de essência. Daí resulta, pois, a primazia da forma *e do composto* sobre a matéria, sendo-lhe indiferente, por enquanto, o problema da decisão da primazia entre forma e composto, que será, não obstante, retomado imediatamente nas linhas subseqüentes (1029a 30-33). Ora, mas são precisamente estas linhas que inicialmente evidenciam o interesse aristotélico de desenvolver o conceito de essência sob a noção de forma, *princípio de definibilidade*. Assim, em 1029a 5-7, já em vista desse *mesmo interesse* ainda implícito e ainda sem a intervenção das ilegítimas pretensões da matéria (originadas de uma inconveniente interpretação da definição de sujeito), Aristóteles pôde estabelecer (*ex abrupto*) a primazia da forma sobre a matéria *e sobre o composto pela mesma razão* (διὰ τὸν αὐτὸν λόγον), ali não explicitada, mas que pretendemos ser a seguinte: somente a forma apresenta a *homogeneidade* intrínseca (pois a matéria que constitui o indivíduo é *heterogênea* em relação à forma específica, cf. *Met.*, Δ, 28, 1024a 9-12) que (a), em 1030a 2-14, caracteriza o *definiendum* como unidade complexa na qual um outro não se diz de um outro e que (b), como pretendemos mostrar na

Um outro texto que comprova a estrita vinculação entre as noções de *um isto*, *forma* e *separado* consiste no capítulo do livro Δ da *Metafísica* destinado precisamente a recolher as diversas acepções do termo οὐσία. Mais adiante, voltaremos com mais atenção a este texto. Por enquanto, basta-nos observar que, após distinguir quatro acepções de essência, Aristóteles termina o capítulo reduzindo-as a duas principais: “*sucedee, de fato, que a essência é dita de dois modos: o subjacente último, que não mais se diz de outro e aquilo que, sendo um isto, é também separado: e tal é a forma (μορφή) e a espécie (εἶδος) de cada um*” (1017b 23-26). Creio que dificilmente possa ser encontrado algum expediente interpretativo que nos impeça de compreender este texto como testemunho decisivo de que as noções de *um isto* e *separado*, como notas distintivas do conceito de essência, são aqui concebidas pelo próprio Aristóteles como *determinação* característica da *forma específica*²¹.

Por outro lado, o texto *Metafísica* Θ-7, 1049a 24-36, nos oferece seguramente, ao menos, confirmando nossa resposta para o nosso primeiro

seqüência deste artigo, constitui o traço distintivo da definição de *sujeito* na acepção visada em 1028b 36-7.

²¹ O comentário de Tomás (*Expositio...*, Liber V, lectio X, 903-4) é filologicamente insustentável: associa o τοιοῦτον (*tale*) de 1017b 25 a οὐσία (*substantia*) e não a τόδε τι (*hoc aliquid*) e χωριστόν (*separabile*), os quais, nessa perspectiva, se refeririam a ὑποκείμενον (*subiectum*). No texto de que hoje dispomos, ao menos (e não nos cabe aqui discutir a respeito dos textos de que Tomás e Moerbecke dispunham), a coordenação “τε...καί” torna tal leitura incorreta. Ross (1924, vol. I, p. 310), que confessara seu impasse diante de Z-3, 1029a 27-30, reconhece que, aqui em Δ-8, τόδε τι e χωριστόν são assinalados à *forma*. Devemos observar, ainda, o seguinte: a própria formulação “ὁ τόδε τι ὄν καὶ χωριστόν ἢ” sugere que a caracterização da *forma* como *um isto* é muito mais evidente e imediata do que sua caracterização como *separado*, termo que, como vimos, em H-1, designava, *sem mais*, a separação do composto concreto, submetido a geração e corrupção. Mas isto, a nosso ver, confirma uma vez mais as observações que estabelecemos na nota anterior, a respeito do papel desempenhado pelo *um isto* e *separado* em Z-3 e H-1: não obstante o *de ambos* ser “*mais separado*” do que a *forma*, somente esta se caracteriza pela convergência entre τόδε τι e χωριστόν, ou seja, somente esta, sendo *um isto*, é *também separada*.

problema, uma explícita identificação entre *forma* (εἶδος) e *um isto* (τόδε τι), em oposição a uma virtual matéria primeira, absolutamente indeterminada, que não mais pudesse ser dissolvida em algum elemento ulterior. Mas, além disso, com a lição καθ' οὐ (no lugar de καθόλου) em 1049a 28, proposta por Apelt e adotada tanto por Ross como por Jaeger, essa passagem já nos permitiria avançar também no que respeita à nossa segunda questão e ao nosso objetivo preponderante, permitindo-nos compreender as condições sob as quais haveria uma inteira convergência entre o *subjacente* e a *forma*, entendidos como critérios para a definição do conceito de essência. Com a referida intervenção filológica, tal texto nos forneceria como que uma versão abreviada do argumento de Z-3, segundo o qual, como vimos, a noção de subjacente (ὑποκείμενον), em vista de sua estrita concordância com as noções de *essência*, *forma*, *um isto* e *separado*, não poderia ser interpretada incondicionalmente como subjacência meramente física de um elemento, isto é, como mero constituinte καθ' οὐ.

Em 1049a 24-27, Aristóteles pondera que, no caso de haver uma matéria absolutamente primeira, esta não poderia ser constituída de nenhum outro elemento e, conseqüentemente, não poderia ter absolutamente nenhuma determinação: ela não seria um τόδε τι. Na imediata seqüência, justamente com o intuito de justificar essa oposição entre uma matéria primeira e *um isto*, Aristóteles introduz o texto que nos interessa: “*pois o de que* (καθ' οὐ) *e o subjacente* (ὑποκείμενον) *diferem entre si nisto: por ser um isto ou não ser (um isto)*” (1049a 27-29). Na frase imediatamente seguinte, destinada a explicar essa oposição entre *ser ou não ser um isto*, Aristóteles deixa claro que o *subjacente* (ὑποκείμενον) aqui visado, contraposto à matéria primeira e entendido já como *um isto* (cf. 1038b 4-6), consiste numa *substância* já perfeitamente determinada em si mesma e que subjaz a certas afecções que lhe são acidentais, tal como, por exemplo, o *homem*, que subjaz aos acidentes *branco* e *culto*. Após um trecho parentético, o argumento continua: “*neste caso* (sc., *em que uma substância subjaz a uma afecção*), *o termo extremo é uma essência*”, mas, não obstante, no caso em que “*o predicado é*

alguma forma e um isto, então o extremo (sc. **do qual** se predica a forma ou um isto) é matéria e essência matérica" (1049a 34-36).

Ora, tem-se, nessas breves linhas, como que um resumo do argumento de Z-3: o sujeito último (ἔσχατον) é precisamente a essência, desde que for entendido como *forma e um isto* completo em si mesmo, subjacente às determinações acidentais que lhe sobrevêm. No caso, entretanto, em que se busca uma subjacência para além da *forma* e do *um isto*, no caso em que se tem em vista uma matéria que está aquém da *determinação formal* característica da essência enquanto *um isto*, não mais se tem um *subjacente* em acepção estrita, mas apenas um *do qual*.

Em vista dessas considerações, poderíamos dizer que, em todo o trecho Z-3, 1029a 9-31, Aristóteles estaria querendo mostrar que o *subjacente*, para oferecer uma completa caracterização do conceito de essência, não poderia ser tomado segundo uma perspectiva de *análise física*, interessada apenas em discriminar os elementos ulteriormente subjacentes a uma dada forma: na terminologia de Θ-7, o *subjacente* não poderia ser interpretado incondicionalmente como *aquilo do qual* outras determinações são predicadas, mas, muito pelo contrário, deveria ser interpretado como *forma e um isto*, ou seja, como forma inteiramente completa e autoconsistente em si mesma, como *último* (ἔσχατον) que subjaz às determinações extrínsecas que lhe sobrevêm e que dele se predicam, e aquém do qual resta tão apenas a pura indeterminidade.

Assim, sob o ensejo desse texto promissor, voltemos ao nosso horizonte inicial e observemos que as noções de *um isto* e *separado*, compreendidas segundo as interpretações acima delineadas, apresentam, como marcas características do conceito de essência, as condições em que a noção de subjacente, convergindo inteiramente com a noção de forma, poderia propiciar um critério suficiente para a delimitação da essência. Esse ponto, assim estabelecido, nos permite passar à nossa segunda questão: sob tais indicações, tentemos verificar se, já em 1029a 5-7, não havia certas premissas implícitas que permitiam o pleno acordo entre ambas as perspectivas, a da *forma* e a do *subjacente*.

IV

Diante de 1029a 5-7, texto no qual Aristóteles pretende, subitamente, apresentar a primazia da forma como *conseqüência interna* da mera noção de subjacente, que acabara de ser definida, a atitude dos intérpretes nem sempre tem sido a mais recomendável: ou acusa-se Aristóteles de inconseqüência argumentativa ou admite-se um impasse insolúvel, dada a pretensa impossibilidade de se conciliar a noção de subjacente com a noção de forma. Tais expedientes, no entanto, revelam-se inteiramente insatisfatórios: principalmente quando, mediante a familiaridade com o estilo peculiar aos escritos de Aristóteles, compreendemos que, em diversas passagens, a argumentação aristotélica deixa inteiramente implícitas as mediações que lhe permitem legitimamente progredir²². Não cabe ao intérprete, portanto, lamentar que Aristóteles não tenha conhecido a forma de exposição moderna, mas sim buscar os pressupostos implícitos que, em passagens como essa, encadeiam o argumento. Ora, cremos poder mostrar que, em 1029a 5-7, a mediação implícita que permite apresentar a primazia da forma como uma decorrência interna da noção de subjacente consiste precisamente na noção de *unidade formal complexa e homogênea*, pela qual o *um isto* havia sido caracterizado.

²² As razões filológicas dessa parcimônia argumentativa já constituem felizmente um lugar comum entre os intérpretes: os textos aristotélicos são anotações dirigidas para *ouvintes*, destinadas a um uso *interno* em seus cursos no Liceu, ou qualquer coisa semelhante. Cf. W. Jaeger (1948, pp. 219, 223); W. Wieland (1993, pp. 84-5); G.E.L. Owen, ("Aristotle: Methods, Physics and Cosmology", in (1986), p. 152). Essa peculiaridade do texto de Aristóteles torna baldadas todas as tentativas de lê-lo como um "autor" no sentido clássico do termo, tal como faz Schofield com respeito a Z-3, 1029a 20: "pois quando um *autor* diz "...por matéria entendo aquilo que...", assume-se *naturalmente* que suas palavras implicam "... por matéria entendo, aqui como em outros lugares, aquilo que...", ao menos que uma *advertência* em contrário apareça" (1973, p. 100, grifos meus). Esse método de lidar com o texto aristotélico é absolutamente equivocado, improfícuo e sobretudo desatento ao estilo argumentativo de Aristóteles.

Para provar esse ponto, no entanto, deveremos mostrar que a primeira formulação da noção de subjacente, em 1028b 36-37, já apresentava, como marca fundamental, ainda que implicitamente, essa mesma noção de *unidade formal complexa e homogênea* constituída de *elementos idênticos entre si*, pela qual, como vimos, se caracterizava o *um isto* em contraposição aos compostos acidentais. Ou seja, deveremos mostrar que a caracterização do *um isto* como *espécie de gênero* (1030a 2-14) já estava implicitamente subentendida na primeira formulação da definição de subjacente, de tal modo que haveria um perfeito acordo entre as duas formulações, “*ser dito não por um outro ser dito de um outro*” (1030a 10-11) e “*não mais ser dito de outro*” (1028b 36-37) ou, o que é equivalente, “*não ser dito de um subjacente*” (1029a 8)²³.

²³ Irwin (1988, p. 215 ss.) tem o grande mérito de reconhecer que todo o andamento argumentativo de Z-3 se funda na distinção necessária entre duas acepções em que a *predication-formula* poderia ser tomada, uma das quais seria imprópria à compreensão da substância. Entre a leitura de Irwin e a que propomos, entretanto, há uma divergência fundamental. Tendo distinguido dois sentidos em que o assim chamado *subject-criterion* poderia ser formulado (I. Sentido *ampla*: *Não ser dito de outro, não ser dito de sujeito* (1028b 37, 1029a 8, tb. 1030a 4, e *Categorias*); II. Sentido *restrito*: *Ser dito não por outro ser dito de outro* (1030a 10-11)), Irwin não vê nenhuma possibilidade de conciliação entre ambos. No seu entender, somente a fórmula *restrita* II conseguiria delimitar a separabilidade própria à substância e, assim, invalidar as pretensões da matéria indeterminada e dos compostos acidentais ao título de substância, as quais, por sua vez, se seguiriam com plena legitimidade da formulação *ampla* I, que coincidiria, por sua vez, com a perspectiva dialética assumida nas *Categorias*. O argumento de Z-3, assim, surgiria no intuito de introduzir uma nova perspectiva capaz de superar a *dialética fraca* da formulação ampla. Concordamos em parte: o argumento aristotélico em 1029a 9-30 consiste em apontar para a *insuficiência* da formulação apresentada em 1028b 37 e 1029a 8, a qual, *interpretada num certo sentido*, se mostraria *totalmente inconveniente* para a determinação do conceito de essência. No entanto, como pretendemos provar na seqüência de nosso texto, essa mesma formulação que Irwin entende como *ampla*, de modo algum coincide com a das *Categorias*, pois, muito pelo contrário, já apresenta, por si só, as distinções que darão à segunda fórmula (1030a 10-11) toda sua força conclusiva, de modo que ambas as formulações, sob esse aspecto, apresentam-se como inteiramente compatíveis: ambas visam caracterizar o *sujeito* e

O passo seguinte de nosso argumento, portanto, consistirá em mostrar, mediante alguns textos da *Física* e dos *An. Post.*, que a expressão *não ser dito de (um) subjacente*, pela qual se define precisamente a noção de subjacente em 1029a 8, visa delimitar não um subjacente último que, *no uso comum da linguagem*, subjazesse ao maior número de predicados possíveis e que jamais pudesse ser ele mesmo predicado de um subjacente ulterior (como tem sido a interpretação usual dessa frase, de acordo com a determinação que a mesma recebe nas *Categorias*), mas sim delimitar uma categoria de entes que não requerem, como condição de possibilidade sem a qual não poderiam se constituir, a pressuposição de um subjacente que lhes fosse heterogêneo²⁴. *Ser dito de um subjacente*, nessa perspectiva, equivaleria a *ser dependente de um subjacente* no sentido preciso de *não poder ser sem ser uma outra coisa essencialmente distinta*, ou, por outras palavras, *não poder ser dito sem um subjacente heterogêneo ao qual se possa ser atribuído*. Conseqüentemente, as expressões correlatas *ser dito de um subjacente / não ser dito de um subjacente* não se apresentam para dividir internamente a categoria da essência em duas classes que se suporiam essencialmente distintas e heterogêneas entre si, a das coisas particulares e a dos predicados universais. Pelo contrário, tais expressões surgem antes para marcar a contraposição radicalmente irreduzível entre, por um lado, as categorias acidentais que necessitam, como *pressuposição adicional* sem a qual não se completam, de um subjacente *heterogeneamente distinto*, que lhes é *essencialmente outro* e, por

o *um isto* precisamente pela contraposição à ligação heterogênea que constitui um composto de substância mais acidente, tal como *homem branco*. Assim, pois, na formulação encontrada em 1028b 37, mediante a oposição ao tipo de predicação que constitui os compostos heterogêneos, o sujeito já se apresenta como unidade complexa constituída de elementos homogêneos e redutíveis a uma mesma natureza. Nessa perspectiva, pois, entendemos que a fórmula II, inteiramente compatível com a fórmula “ampla”, se apresenta tão apenas no interesse de *evitar uma indevida interpretação desta última*.

²⁴ A respeito do que entendemos precisamente por *heterogêneo*, cf. nota 12, assim como nossas críticas a Bostock, nas notas 11 e 13.

outro lado, a categoria da essência, cujas sub-divisões internas não resultam em entes heterogêneos entre si, mas sim em determinações redutíveis a uma natureza comum. Assim, nessa mesma perspectiva, cada uma dessas expressões opostas assinala um modo respectivo de composição segundo o qual resultam unidades com estatutos radicalmente distintos: no caso em que *um outro se diz de um outro* ou *se diz de um subjacente*, resulta a unidade heterogênea e meramente extrínseca dos compostos acidentais, tais como *homem branco*, cuja definição, como vimos, se restringe a explicitar que o nome único sob o qual são designados significa “isto nisto”; ao passo que, quando algo se constitui *não por um outro ser dito de um outro*, resulta a unidade homogênea da forma específica, cujos elementos, nesse sentido, exprimem uma mesma natureza essencial e satisfazem assim de maneira plena as condições exigidas para uma rigorosa definição científica²⁵.

Tomemos, como ponto de partida, um texto da *Física*, no qual Aristóteles encontra-se empenhado em provar que todo devir (γίγνεσθαι) pressupõe um *subjacente* (ὑποκείμενον) anterior aos elementos contrários propriamente implicados no processo de vir a ser. À afirmação de que todo vir a ser, seja ele qualitativo, quantitativo, local, etc., pressupõe um subjacente, Aristóteles oferece como razão o fato de que “*apenas a essência não se diz de nenhum outro subjacente, ao passo que todos os outros (entes) se dizem da essência*” (190a 35- b 1). Pelo balanceamento de contrastes assim introduzido, podemos perceber que a expressão *ser dito de um subjacente*, mesmo que não seja explicitamente mencionada aqui, apresenta-se como traço característico das categorias *outras que a essência*, ao passo que a expressão oposta, *não ser dito de um subjacente*, afigura-se, por sua vez, como marca distintiva da *essência*, sem nenhuma outra delimitação adicional: não há, pois, nenhuma indicação de que essa marca deva ser compreendida de

²⁵ Por definição rigorosamente científica, entendemos o “λόγος τοῦ τί ἐστίν ἀναπόδεικτος” (*An. Post.*, II, 10, 94a 11-12), que é dito “*uma definição de imediatos (ὀρισμὸς ἀμέσων)*” (94a 9), pelo fato de que a unidade entre os elementos nela reunidos pode ser imanentemente inteligida *sem a mediação de um terceiro termo*.

maneira restrita e exclusiva apenas para as ditas *substâncias primeiras* das *Categorias*²⁶. Ora, a configuração conceitual aqui apresentada oferece, muito pelo contrário, um evidente contraste com o quadro terminológico das *Categorias*: neste último tratado, a expressão *ser dito de um subjacente* fora assumida como característica própria das *substâncias segundas*, ao passo que o contexto aqui analisado exige que a mesma designe todas as outras categorias *que não a essência*. Semelhantemente, a expressão *não ser dito de subjacente*, lá entendida como propriedade exclusiva das *substâncias primeiras*, aqui aparece como traço distintivo da categoria da substância em geral²⁷. Poderíamos, assim, desde já, concluir que, no texto da *Física*, a argumentação aristotélica visa sobretudo e exclusivamente marcar, por meio daquelas expressões, a oposição irreduzível entre a categoria da essência e as demais: aquela primeira, pois, a única a existir sem a pressuposição extrínseca de um subjacente ulterior heterogeneamente distinto, apresenta-se, por isso mesmo, como condição de possibilidade do devir, ao passo que

²⁶ Esse ponto foi bem notado por Wieland (1993, p. 153): o argumento dessa passagem exige que se compreenda a expressão *não ser dito de um sujeito* como marca que caracteriza a categoria da essência em oposição às demais. Não obstante, Wieland não dá atenção alguma para o frontal conflito entre, por um lado, o significado aqui assumido por tal expressão e, por outro lado, o quadro terminológico-conceitual das *Categorias*.

²⁷ Esse problema terminológico-conceitual foi detectado com precisão por S. Mansion (1946, p. 366-7) e Chung-Hwan Chen (1957, p. 150-5). Mansion nota que apenas nas *Categorias* a expressão *μη καθ' ὑποκειμένου λέγεσθαι* é utilizada com a pretensão de demarcar o *indivíduo*, sendo alhures oferecida como definição geral da categoria da substância em oposição às demais. Chen, por sua vez, observa que a teoria da predicação que se poderia construir a partir das *Categorias* (com seu uso peculiar da expressão *καθ' ὑποκειμένου λέγεσθαι*) é inteiramente inconsistente em si mesma, devendo ser substituída pela teoria madura que Aristóteles desenha em *A. Po.* I 22. No extremo oposto, temos a posição de M. Furth (1988, p. 14, 252-6), que pretende generalizar como axiomáticamente válido para toda a obra aristotélica o valor que as *Categorias* atribuem à relação "ser dito de" (relação de predicação intra-categorial).

todas as outras existem unicamente *sendo de um subjacente* ulterior que lhes é heterogêneo e distinto quanto ao ser.

Esse uso das expressões *ser dito/não ser dito de um subjacente* para marcar a oposição entre a categoria da essência e as demais aparece também de maneira esclarecedora na seguinte passagem dos *An. Post.*: “E, além do mais, aquilo que significa essência, por um lado, significa precisamente ou aquilo ou de certo modo aquilo de que se predica, ao passo que, por sua vez, é acidente aquilo que não significa essência, mas que se diz de outro subjacente que não é nem aquilo nem de certo modo aquilo (que se predica), como, por exemplo, (é acidente) o branco (que se diz) de homem” (83a 24-28). Não pretendemos verificar qual seria a função dessa passagem no argumento mais geral do capítulo no qual ela se inscreve, pois basta-nos observar que a oposição que aqui se delimita envolve, de um lado, os *predicados que significam a essência* e que afirmam alguma determinação contida na *quiddidade* do sujeito (ou que afirmam a própria quiddidade do sujeito) e, de outro lado, os *predicados accidentais*, que não afirmam nenhuma determinação que possa ser reconduzida à natureza essencial do sujeito, o qual, neste caso, não é precisamente idêntico àquilo que dele se predica (“μὴ ἔστι μήτε ὅπερ ἐκεῖνο μήτε ὅπερ ἐκεῖνο τι”)²⁸. Ora, Aristóteles caracteriza esses predicados accidentais como aqueles que “*não significam a essência, mas se dizem de outro subjacente*”. É de se esperar, portanto, que os predicados *que significam a essência*, aos quais se contrapõem os predicados accidentais, *não sejam ditos de um outro subjacente*, na medida em que não pressupõem um subjacente

²⁸ *An. Post.*, 83a 27. A expressão “*não ser precisamente aquilo*” significa, neste contexto, *ser heterogêneo em relação àquilo*. Em geral, Aristóteles se utiliza da expressão “*τοῦτο ἐστὶν ὅπερ ἐκεῖνο*” para assinalar a *identidade essencial* entre dois termos. E, nesta passagem, a pequena nuance introduzida com a alternativa “*ἢ ὅπερ ἐκεῖνο τι*” (83a 25) indica que Aristóteles entende essa expressão de maneira suficientemente ampla para compreender sob ela também os predicados que dizem apenas *uma parte (τι) da quiddidade*. Nesse sentido, algo como “*τοῦτο ἐστὶν ὅπερ ἐκεῖνο (τι)*” equivale a “*τὸ τοῦτω εἶναι = τὸ ἐκεῖνω εἶναι*”, de modo que a frase oposta “*οὐκ ἐστὶν ὅπερ ἐκεῖνο (τι)*” assinala que há uma *distinção heterogênea* entre os termos assim envolvidos, que se apresentam, portanto, como *ἕτερα τῷ εἶναι*.

heterogêneo do qual estariam a afirmar uma determinação que lhe sobreviria extrinsecamente, sem poder ser reduzida a um elemento interno à sua quiddidade. Ao menos, a íntima vinculação entre os predicados acidentais e a expressão *ser dito de um subjacente* torna-se ainda mais clara numa frase logo mais adiante: “*e é preciso que todos (os predicados) que não significam a essência sejam predicados de algum subjacente e (é preciso) que não exista branco algum que seja branco não sendo algo distinto*” (83a 30-32). Ou seja: é impossível, para um predicado tal como *branco*, que não está na categoria da essência, *não ser dito de um subjacente* e, igualmente, *ser sem ser algo distinto*²⁹.

Nessa passagem, a expressão *ser predicado de um subjacente*, soma-se, como característica distintiva dos predicados acidentais, a expressão *ser sendo algo distinto* (ἕτερον τι ὄν). É bem clara a observação que Aristóteles quer introduzir por meio dessa expressão: trata-se de assinalar a *dependência ontológica* da determinação acidental, a qual não pode ser precisamente aquilo que ela é sem um *subjacente* no qual ela tenha lugar. Toda determinação *que não está na categoria da essência*, assim, só é o que ela é *sendo, suplementarmente, algo distinto de si mesma* e algo realmente distinto quanto ao ser, algo que lhe é irredutivelmente heterogêneo, pois a essência, na qual unicamente ela pode existir, é um *outro gênero* do ente³⁰.

²⁹ Aristóteles utiliza como perfeitamente equivalentes várias expressões: μή καθ' ὑποκειμένου λέγεσθαι, μή καθ' ὑποκειμένου τινος λέγεσθαι, μή καθ' ὑποκειμένου ἄλλου λέγεσθαι, μή κατ' ἄλλου ὑποκειμένου λέγεσθαι, μή κατ' ἄλλου λέγεσθαι, muitas vezes com o λέγεσθαι implicitamente subentendido. Não há, a meu ver, nenhuma diferença relevante entre essas formulações, pois a *heterogeneidade essencial* do sujeito em relação ao predicado não precisa ser exprimida, estritamente, pelo ἄλλου, na medida em que já está contida no ὑποκειμένου. Em Z-3, 1029a 9 ss., porém, tendo em vista uma delimitação mais precisa da noção de sujeito (então entendida como critério para a determinação do conceito de essência), Aristóteles denuncia exatamente os absurdos que se seguiriam de uma interpretação inconveniente da referida expressão e é somente em vista desse argumento que μή καθ' ὑποκειμένου λέγεσθαι, em 1029a 8, assume um sentido diverso deste que apontamos.

³⁰ O uso da expressão *sendo algo distinto* (ἕτερον τι ὄν) como marca distintiva da determinação acidental, em oposição justamente à essência, é particularmente

Essa convergência entre as duas expressões, *ser dito de um subjacente e sendo algo distinto*, concebidas como traços distintivos das determinações acidentais, torna-se ainda mais clara numa passagem subsequente, na qual são compreendidos sob tais características não apenas os *acidentes propriamente ditos*, mas também os assim chamados *acidentes por si*: “foi estabelecido, de fato, que se predica um (termo) único de um (termo) único, mas que, por outro lado, todos os que não são um quê-é (uma quiddidade), não se predicam eles mesmos de si mesmos” (83b 17-19). Ou seja: no caso dos predicados que não significam uma determinação quidditativa, não se pode dizer que a atribuição envolva um subjacente e um predicado concebidos como uma mesma coisa (αὐτά), ao passo que, em contrapartida, seria exatamente essa identidade entre um subjacente e um predicado concebidos como αὐτά que caracterizaria as predicções em que se diz algo da quiddidade. Aristóteles não tem em vista, certamente, uma identidade *numérica* e nem, conseqüentemente, um enunciado tautológico do tipo “*homem é homem*”, mas sim enunciados do tipo “*homem é animal*” ou “*homem é animal de tal qualidade*”, que afirmam justamente uma identidade *essencial* entre o subjacente e a determinação a ele assim atribuída. Nessa perspectiva, sendo este o sentido preciso da predicção em que *o mesmo é atribuído ao mesmo*, podemos inferir que os predicados acidentais a ela se contrapõem exatamente porque afirmam do subjacente algo que lhe é *acrescentado heterogeneamente*. Tais predicados, assim, figuram apenas no tipo de atribuição em que *um outro é dito de um outro* (Z-4, 1030a 10-11), isto é, em que algum predicado é dito *de um pressuposto* que lhe subjaz externamente, ou simplesmente, enfim, em que algo é dito *de um subjacente*.

claro no trecho dos *An. Post.* I, 22 (83a 5-14), no qual, tentando definir as regras ontológicas que presidem a validade de uma predicção no sentido próprio, Aristóteles observa que um *lenho*, por exemplo, é *lenho* sem ser também *algo distinto*, ao passo que o *branco* não pode ser *branco* a não ser *sendo também algo distinto*, por exemplo, sendo um *lenho branco*. (Ver a análise de M. Loux, 1991, p. 41-43). A respeito da heterogeneidade das categorias entre si, cf. *Metafísica*, Δ, 28, 1024a 12-16.

Justamente, o texto continua: “pois todos esses (*sc. que não são um quê-ê*) são acidentes, embora uns sejam acidentes por si (καθ’ αὐτό), ao passo que outros são acidentes segundo um outro modo; e dizemos que todos esses predicados (*sc. que são acidentes*) se predicam de um subjacente e que o acidente não é um subjacente: pois estabelecemos que nenhum deles é ‘aquilo que se diz precisamente o que se diz’ não sendo algo distinto” (83a 19-24). Não obstante o caráter tortuoso dessa formulação, seu significado é bastante claro: nenhuma determinação accidental pode ser precisamente aquilo que ela é *sem ser, suplementarmente, algo distinto*, a saber, sem ser um subjacente distinto que se determina ulteriormente e ao qual, assim, se atribui a determinação accidental.

Ou seja: mais uma vez, as expressões *sendo algo distinto* e *ser dito de um subjacente* convergem inteiramente para a caracterização da *dependência ontológica* das categorias que não a essência. Assim, se insistirmos em pretender que, com a noção de *subjacente* (ὑποκείμενον), Aristóteles nos coloca diante da mera *estrutura formal* das proposições em geral (*s é p*), na qual um predicado *qualquer* pudesse ser afirmado de um subjacente *qualquer*, ou mais precisamente, de uma *substância qualquer*³¹, perderemos in-

³¹ Ao menos no âmbito do discurso científico (em *An. Post.*), a possibilidade de se entender a estrutura formal das proposições de uma maneira assim completamente desinteressada pela semântica dos termos é excluída pela dimensão ontológica da perspectiva aristotélica. No seu entender, não é possível, *propriamente*, afirmar um *predicado qualquer* de um *sujeito qualquer*: pois há uma *condição ontológica* a ser estritamente respeitada: uma determinação accidental *não pode ser subjacente ao qual se atribua uma determinação incluída na categoria da substância*; p. ex., afirmar que “o branco é lenho” ou “não é de modo algum predicar (κατηγορεῖν) ou é entendido apenas de modo accidental como um predicar” (83a 14-18). No entanto, mesmo contempladas essas condições ontológicas que regulam uma predicação no sentido próprio, a expressão “*ser dito de um subjacente*” ainda não poderia ser entendida, sem mais, segundo a mera estrutura formal “*s é p*”, pois, neste caso, ainda seria possível enquadrar sob a referida expressão o tipo de atribuição essencial na qual se afirma, p. ex., que “*Sócrates é homem*”. Como veremos, no entanto, não é nem sequer disto que se trata: *homem*, atribuído a *Sócrates*, não é *dito de um subjacente* no sentido preciso desta expressão.

teiramente de vista o interesse aristotélico, que consiste em demarcar, com a expressão *ser dito de um subjacente*, precisamente o tipo de atribuição em que, contrariamente à atribuição *quiditativa*, afirma-se do sujeito uma determinação que lhe é irreduzivelmente distinta quanto ao ser, uma determinação que lhe é heterogênea, ainda mesmo quando se lhe segue *por si mesmo*³². O sujeito do qual é dita a determinação não-essencial, a ser caracterizada pela referida expressão, configura-se como um *subjacente ulterior*, um *pressuposto distinto*, um *outro heterogêneo* que não se reduz ao mesmo ser essencial pelo qual se caracteriza a determinação que dele assim se predica. Na atribuição que afirma algo da quididade, em contrapartida, o sujeito não é um *outro* em relação à determinação que dele se predica; muito pelo contrário, a relação de identidade entre subjacente e predicado é tamanha que nem sequer é descrita, nos textos aristotélicos que aqui analisamos, pela expressão *ser dito de um sujeito*. O termo aristotélico ὑποκείμενον, portanto, embora por vezes possa designar sem mais o termo lógico de uma proposição qualquer, reduzida à sua mera estrutura formal (*s é p*)³³, de maneira alguma esgota seus possíveis significados nessa compreensão estrita, antes sendo utilizado, em contextos como os que analisamos, para demarcar o *S* tão somente daquelas proposições nas quais *S* apresenta-se como um *subjacente heterogêneo*, cujo ser essencial é irreduzivelmente diverso do ser essencial que configura o predicado³⁴. *Ser dito de*

³² Cf., em Z-4, 1029b 13-18, na determinação do conceito de *quê-era-ser*, a exclusão do *acidente por si mesmo*, concebido como tipo de *καθ' αὐτό* que, ainda que acompanhe sempre e necessariamente o subjacente ao qual é atribuído, não diz nada a respeito da quididade do mesmo.

³³ Claro, respeitadas as condições ontológicas que delimitam o *predicar* propriamente dito, cf. nota 31.

³⁴ Gillespie (1925, p. 6) entende que a expressão "*algo (ser dito) de algo*" (*τι κατὰ τινός*), longe de valer indiscriminadamente para qualquer tipo de proposição *s é p*, caracteriza apenas as proposições acidentais, mas não uma proposição do tipo "*Homem é animal*", na qual o predicado é uma *parte da essência do subjacente*. Surpreendentemente, no entanto, Gillespie não percebe que esse sentido de

uma subjacente, assim, equivale inteiramente a *ser sendo outra*: ambas as expressões assinalam a condição ontológica das categorias diversas da essência, condição que consiste precisamente em não poder ser sem ser em um subjacente que é heterogeneamente distinto, isto é, *não se constituir como algo autoconsistente e separado em si mesmo*, algo que não necessite de condições extrínsecas adicionais para manter-se sendo precisamente aquilo que é²⁹.

Que este seja precisamente o significado da expressão *não ser dito de subjacente*, podemos mostrá-lo ainda uma vez mais, por intermédio de um sucinto capítulo dos *An. Post.*, no qual Aristóteles visa estabelecer alguns critérios para discernir a superioridade de uma ciência sobre outra (I, 27, 87a 31-37). O horizonte que aí subjaz ao argumento aristotélico parece-nos ser, preponderantemente, delimitar a superioridade do conhecimento científico da causa (ou do “por que”, *διότι*) – ou do conhecimento que envolve tanto a causa como o fato³⁰ – sobre o conhecimento científico do

heterogeneidade extrínseca entre o subjacente e o predicado convém muito mais à expressão καθ’ ὑποκειμένου (λέγεσθαι) do que à expressão τι κατὰ τινός: pois embora esta última possa, em vários contextos, ser entendida precisamente nesse sentido, não obstante, em H-3, 1043b 30-32, ela se apresenta justamente para descrever a relação entre *matéria e forma no interior do enunciado definatório*, ao passo que a expressão καθ’ ὑποκειμένου (λέγεσθαι), por sua vez, encontra-se assumida, em todos os textos por nós citados, como marca distintiva da *predicação heterogênea*, que afirma algo que *não faz parte da quiddidade do subjacente* – a única exceção consiste, justamente, nas *Categorias*, que conferem a tal expressão um significado, a meu ver, anômalo.

²⁹ Essa convergência das expressões *sendo algo distinto e ser dito de subjacente* como características distintivas das determinações acidentais é confirmada também por uma passagem da *Física* (188a 8-9), na qual Aristóteles pretende que Anaxágoras, ao afirmar que os elementos misturados *jamais poderiam vir a ser discriminados* (“μηδέποτε διοκριθήσεσθαι”), teria percebido, ainda que não consabidamente (“οὐκ εἰδότηας”), a *inseparabilidade das afecções*: pois se estas se discriminassem completamente da mistura, então determinações como o *branco* e o *saudável* não seriam nem *ditas de um subjacente*, nem *sendo algo distinto* – o que, para Aristóteles, é absurdo.

³⁰ A interpretação da frase 87a 31-33, em virtude do caráter excessivamente elíptico e ambíguo do texto, poderia oferecer uma diversidade de variações, todas

mero fato (ou do “que”, ὅτι). Não nos cabe entrar nos detalhes dessa problemática, pois basta-nos observar que, tendo apresentado, como ilustração de seu argumento, a superioridade da ciência aritmética sobre a ciência harmônica, Aristóteles as descreve, respectivamente, como *não de um subjacente* (ἢ μὴ καθ’ ὑποκειμένου) e *de um subjacente* (τῆς καθ’ ὑποκειμένου). A frase que nos interessa, como todo o capítulo no qual ela aparece, é excessivamente elíptica, mas, não obstante e à luz de tudo o que foi anteriormente dito a respeito das mencionadas expressões, cremos poder entender essa oposição entre aritmética e harmônica do seguinte modo. A aritmética, pois, tem por objeto, estritamente as relações dos números consigo mesmos, na medida em que ela *abstrai* do corpo sensível a *quantidade nele inerente* e contempla seu objeto *não enquanto sensível e móvel*, mas sim enquanto ele é precisamente *quantidade*³⁷. Nesse sentido, é legítimo dizer que a ciência aritmética, tendo por objeto a determinação quantitativa, que depende ontologicamente *de um subjacente sensível heterogêneo* no qual pode unicamente existir, contempla tal objeto, não obstante, precisamente nele mesmo e não enquanto ele é *de um subjacente*, não enquanto ele se compõe heterogeneamente com o subjacente sensível. Semelhantemente, se cabe conceber uma aritmética organizada proposicionalmente, devemos então conceber suas proposições como estritamente *homogêneas*, isto é, nas quais tanto os *sujeitos* como os *predicados* se situam dentro de um mesmo gênero, a saber, o dos números. As proposições da ciência aritmética, nessa exata medida, afirmam predicados que *não são ditos de um subjacente*, pois, não obstante a dependência ontológica que obriga os números a existirem *sendo algo distinto*, a saber, *sendo de um subjacente sensível* que lhes é irreduzivelmente heterogêneo, as afirmações que a respeito deles a aritmética estabelece não os contempla *enquanto eles são números de um subjacente sensível*, mas sim os *separa* de um tal subjacente

as quais, entretanto, concernentes a detalhes cuja resolução não interfere no argumento que nos interessa. Podemos, portanto, deixá-las de lado.

³⁷ Cf. *Física*, II-2, 193b 22-35; *Metafísica*, E-1, 1026a 9-10, 14-15; *De Anima*, I-1, 403b 14-15, III-8, 431b 12-16.

(χωρίζει, cf. *Física*, II, 2, 193b 32-35), contemplando-os tão somente em suas relações recíprocas, *como se eles fossem independentes desse pressuposto ontologicamente necessário*³⁸.

Por outro lado, a ciência harmônica tem por objeto as relações numéricas aplicadas às relações entre os sons: nessa exata medida, ela não mais contempla a quantidade em completa abstração, à parte de sua inerência num subjacente sensível, mas, pelo contrário, *compõe precisamente a quantidade numérica com um subjacente que lhe é heterogêneo*, a saber, os sons sensíveis³⁹. Nesse sentido, os números estudados pela harmônica são números *de um subjacente* e, conseqüentemente – se cabe conceber também esta ciência como um sistema de proposições –, deveremos admitir que tais proposições ou, ao menos, aquelas que a constituem especificamente como *ciência harmônica*, afirmam *predicados* (as relações numéricas) *de um subjacente* (os sons sensíveis) que lhes é heterogêneo. Nesse sentido, tal ciência pode perfeitamente ser descrita como sendo *de um subjacente* e essa descrição, inclusive, explica uma das razões de sua inferioridade em relação à aritmética, na medida em que esta última obtém um ganho de exatidão ao prescindir do *pressuposto adicional* configurado no *subjacente sensível* da quantidade⁴⁰.

³⁸ Essa interpretação, além do mais, se confirma inequivocamente por uma outra passagem, na qual a geometria, entendida como conhecimento do “por que” ao qual se subordina o mero conhecimento do “que” configurado na ótica, encontra-se caracterizada da seguinte maneira: “*pois as matemáticas são a respeito de formas; pois não são de um subjacente: pois, ainda que a geometria seja de um subjacente, ela, não obstante, é (das formas) não precisamente enquanto (estas) são de um subjacente*” (79a 7-10). Ou seja: podemos facilmente inferir que, pela assim chamada abstração, que desconsidera o subjacente sensível no qual a quantidade unicamente pode ter lugar, as matemáticas obtêm uma *homogeneidade* em seu objeto: este é contemplado em si mesmo e não enquanto pertence ao subjacente sensível.

³⁹ Cf. *Física*, II-2, 194a 7-12.

⁴⁰ Segundo as indicações de *An. Post.*, I, 13 (79a 7-10), citadas na nota 38, o mesmo valeria também para a ciência ótica.

É verdade que neste texto a expressão *não de um subjacente* não é utilizada para demarcar, como poderíamos presumir, a independência da categoria da essência, na medida em que se encontra aplicada à categoria da quantidade. Não obstante, o propósito da mesma é precisamente apontar para a *homogeneidade* que caracteriza o objeto da aritmética, graças ao procedimento de abstração do subjacente sensível e isto nos basta⁴¹.

Assim, pelo testemunho convergente de todos esses textos, esperamos ter mostrado de maneira satisfatória que a expressão *ser dito de um subjacente* significa precisamente *ser uma categoria outra que a essência*, isto é, constituir-se como determinação que depende, para sua consistência ontológica, de um *subjacente heterogêneo* no qual unicamente possa subsistir. Ao utilizar tal expressão, Aristóteles não está interessado em assinalar uma suposta propriedade distintiva das assim chamadas *substâncias segundas*, como quer o autor das *Categorias*, mas, antes e sobretudo, está interessado em discernir o critério fundamental que lhe permite traçar a linha de demarcação entre a categoria da substância ou essência e as demais, entre os predicados que dizem algo da quiddidade e os predicados que afirmam do subjacente determinações que lhe são extrínsecas e heterogêneas. *Ser dito de um subjacente*, portanto, equivale a ser uma determinação não-essencial, que só pode existir e ser afirmada numa proposição, na medida

⁴¹ Ocorre aqui, com a expressão $\mu\eta\ \kappa\alpha\theta'\ \acute{\upsilon}\pi\omicron\kappa\epsilon\iota\mu\acute{\epsilon}\nu\omicron\upsilon$, o mesmo que sucede à expressão $\tau\acute{\iota}\ \acute{\epsilon}\sigma\tau\iota$, a qual, utilizada preponderantemente para caracterizar a categoria da essência, pode indicar *também*, não obstante, a quiddidade das determinações que caem nas categorias outras que a essência. É exatamente nesse sentido amplo que se concebe o $\tau\acute{\iota}\ \acute{\epsilon}\sigma\tau\iota$ em *Tópicos*, I-9, 103b 27-39. O capítulo Z-4 da *Metafísica*, por sua vez, mesmo buscando uma delimitação mais precisa do conceito de $\tau\acute{\iota}\ \acute{\epsilon}\sigma\tau\iota$ e de $\tau\acute{o}\ \tau\acute{\iota}\ \acute{\eta}\nu\ \acute{\epsilon}\acute{\iota}\nu\alpha\iota$ em função do $\tau\acute{o}\delta\epsilon\ \tau\iota$ e da categoria da essência (1030a 2-17), admite, não obstante, a legitimidade, ainda que secundária, daquele uso amplo (cf. 1030a 17-32), aí chamado de $\lambda\omicron\gamma\iota\kappa\acute{\omega}\varsigma$ (1030a 27) e que assenta precisamente na *relação de homogeneidade essencial* entre os termos de uma proposição, *à parte do estatuto categorial dos mesmos* (cf. *Tópicos*, I-9, 103b 35-39). Semelhantemente, a expressão $\mu\eta\ \kappa\alpha\theta'\ \acute{\upsilon}\pi\omicron\kappa\epsilon\iota\mu\acute{\epsilon}\nu\omicron\upsilon$ aponta aqui exclusivamente para essa relação de *homogeneidade*, sem atenção ao fato de que os termos nela envolvidos estejam ambos na categoria da quantidade.

em que se constitui pela *composição heterogênea* com um subjacente que lhe é irredutivelmente distinto.

V

Ora, mas, se isto é correto, reunimos assim as condições suficientes para responder ao nosso segundo problema e para compreender, segundo o interesse principal deste artigo, a sutil convergência entre as noções de forma e de subjacente. Em primeiro lugar, evidenciamos a inteira concórdia entre “*não mais ser dito de outro*” (1028b 27) e “*ser dito não por um outro ser dito de outro*” (1030a 10-11)⁴², ou seja, entre, por um lado, a definição de subjacente, pela qual Aristóteles pretendia aduzir abruptamente a primazia da forma como acepção de essência e, por outro lado, a caracterização do *um isto* como *definiendum*, como *forma específica*, rigorosamente contraposta, em sua unidade interna homogênea, aos compostos acidentais constituídos pela ligação heterogênea entre termos irredutivelmente distintos entre si.

Desse modo, a conseqüência pretendida por Aristóteles em 1029a 5-7 de modo algum configura-se como uma inconsistência argumentativa, na medida em que, entendida a noção de subjacente da maneira acima delineada, manifesta-se em toda sua clareza a legitimidade com a qual a *forma específica* emerge como significado primeiro de *subjacente* e, conseqüentemente, como significado primeiro de essência. A noção de subjacente, pois, tal como a noção de forma específica, delineia-se precisamente em contraposição aos compostos heterogêneos ditos *por um outro ser dito de outro*, nos quais uma determinação não-essencial se acrescenta a um *pressuposto suplementar*. Assim, ao desenvolver, a partir de 1029a 9, uma indesejada conseqüência de uma interpretação *alternativa* da noção de subjacente, Aristóteles teria em vista apenas eliminar de vez as ambigüida-

⁴² Como diria Irwin, entre as duas formulações do *subject-criterion*.

des que poderiam obscurecer a perfeita concordância entre as noções de subjacente e forma, assumidas como critérios para a investigação subsequente sobre o conceito de essência.

Mas lembremos que fora precisamente a intervenção das noções de *um isto e separado* que permitira a Aristóteles reduzir ao absurdo essa indesejada consequência de uma má interpretação da noção de subjacente. Podemos agora mostrar que também essas noções, em vários contextos, são concebidas como equivalentes à categoria da essência *exatamente porque esta se caracteriza por não ser dito de (um) subjacente*, expressão que – lembremo-lo uma vez mais – em 1028b 36-37, é dada como definição de subjacente.

No capítulo 2 do livro I da *Física*, com o intuito de refutar a posição eleática, segundo a qual o ente só poderia ser concebido como uma unidade absoluta e imóvel, Aristóteles introduz a diversidade de sentidos categoriais do ente. Num argumento destinado mais precisamente a refutar a hipótese de que o ente se confinasse por inteiro numa única categoria, na da qualidade, por exemplo, Aristóteles caracteriza a distinção irreduzível entre a essência e as demais categorias, assim como a dependência ontológica destas últimas, com as seguintes palavras: “pois nenhum dos outros entes (sc. que não a essência) é separado à parte da essência, pois todos se dizem da essência como de um subjacente” (185a 31-32). A *separabilidade*, tal como aqui apresentada, não é atribuível às outras categorias, na medida em que todas elas se dizem de um subjacente, ou seja, dependem da *composição heterogênea* com esse subjacente distinto que é a essência. A partir dessa constatação, pode-se presumir que o oposto seja verdadeiro, a saber: que a essência, não sendo dita de um subjacente distinto de si mesma, não requerendo, pois, um pressuposto extrínseco no qual unicamente possa ter lugar, mas, muito pelo contrário, constituindo-se como algo autoconsistente em si mesmo, é *separada*. A noção de *separabilidade*, portanto, apresenta-se, neste contexto, como equivalente da expressão *não ser dito de um subjacente*: ela designa, pois, a independência daquilo que se constitui como unidade completa em si mesma, daquilo que não necessita de um *subjacente* ou *pressuposto*

extrínseco, no qual unicamente possa existir e ser concebível, mas que se perfaz em sua determinação própria inteiramente à parte de quaisquer condições ulteriores⁴³.

Por outro lado, é novamente um texto dos *An. Post.* que nos fornece, mais uma vez, uma explícita aproximação entre essa *completude intrínseca* da essência, que não requer um *subjacente ulterior* como condição, e o termo *um isto*. Na passagem dedicada a enumerar os diversos sentidos da noção de *por si mesmo* (καθ' αὐτό), justamente após ter delimitado os dois tipos de *predicado* caracterizados pela mesma, Aristóteles introduz uma nova acepção, que coincide inteiramente com a caracterização da noção de *subjacente e essência* dada em *Z*, 3-4: “Além do mais, (sc. se diz por si mesmo) aquilo que não se diz de um outro subjacente; por exemplo: o caminhante é caminhante sendo algo distinto (...), ao passo que a essência, bem como tudo aquilo que significa um isto, não são aquilo precisamente que são sendo algo distinto” (73b 5-8).

Observe-se, pois, que a argumentação aristotélica entende como inteiramente equivalentes as determinações *não ser dito de um subjacente e ser sem ser algo distinto*: pois, tendo assumido que se diz *por si mesmo* aquilo que *não se diz de um subjacente*, Aristóteles, para mostrar que as essências e aquilo que significa *um isto* se dizem por si mesmos, mostra que as mesmas são

⁴³ Cf. em *Z*-1 o mesmo desígnio de traçar a distinção fundamental e irreduzível entre a categoria da essência e as demais categorias por meio das noções de χωρίζεσθαι (1028a 23) e χωριστόν (1028a 34). De resto, não pretendemos, de modo algum, uma validade universal e indiscriminada para esta compreensão do significado de χωριστόν. Reconhecemos que o termo tem múltiplas acepções e, como já vimos, em textos como *H*-1, 1042a 29-31, ele parece entendido numa acepção que concede primazia antes ao composto corruptível, em detrimento da forma entendida tão somente nela mesma. Queremos apenas mostrar o seguinte: mesmo havendo múltiplas acepções possíveis de χωριστόν, o contexto da argumentação de passagens como *Z*-3 e *Física*, I-2, assim como o de inúmeras outras, exige que compreendamos tal termo no horizonte da contraposição entre a independência daquilo que *não é dito de um subjacente* e a dependência daquilo que, *sendo dito de um subjacente*, exige, para sua própria completude efetiva, um pressuposto suplementar, heterogêneo e extrínseco a si mesmo.

precisamente o que elas são *sem precisar ser ulteriormente algo mais*. É evidente, portanto, que na intermediação que legitima o argumento, há uma equivalência implícita entre *não ser dito de um subjacente e ser sem ser algo outro*⁴⁴. Ambas expressões, como já vimos, designam precisamente a *completez intrínseca* da categoria da essência, a qual constitui uma unidade separada em si mesma, independente de qualquer *pressuposição extrínseca*, sem a necessidade de um subjacente ulterior no qual unicamente pudesse ter efetividade. Porém, o mais notável nessa passagem dos *An. Post.* consiste na vinculação inequívoca aí estabelecida entre essas expressões e o termo τὸδε τι. Por meio dessas indicações, portanto, podemos seguramente inferir que aquilo que *não se diz de um subjacente*, aquilo que *é sem ser algo distinto*, aquilo que se diz, portanto, *não por um outro ser dito de um outro*, aquilo que *é separado* de qualquer subjacente heterogêneo que lhe devesse ser extrinsecamente pressuposto e que, nesse sentido, preenche todas as condições de uma definibilidade estritamente científica – aquilo, finalmente, que satisfaz a definição de subjacente dada em 1028b 37 e que, nessa exata medida, apresenta-se como *forma* a ser ulteriormente examinada como acepção principal de essência – tudo isto, enfim, consiste precisamente naquilo que *um isto é*. Esse resultado de modo algum nos surpreende, dado que, como afirmamos, o *um isto* fora caracterizado, em 1030a 2-11, mediante formulações extremamente semelhantes à própria definição de subjacente encontrada em 1028b 36-37, como *forma específica* cuja homogeneidade interna se contrapunha exatamente à heterogeneidade dos compostos acidentais.

Ora, o perfeito acordo entre as noções de *separado*, *um isto* e *forma*, como vimos, já pudera ser atestado a partir do capítulo de *Metafísica-Δ*

⁴⁴ Cf. Barnes (1995, pp. 114-7) e M. Loux (1991, p. 38-41). Embora ofereça uma brilhante análise dos critérios que delimitam a noção de καθ' αὐτό descrita nesta passagem, Barnes, no entanto, nada diz sobre a relação dos mesmos com os conceitos de οὐσία e τὸδε τι. Por sua vez, Loux apresenta uma interpretação semelhante à nossa, mas nada diz a respeito da discrepância entre este quadro terminológico-conceitual e o das *Categorias*.

destinado a organizar as diversas acepções de essência (cf. 1017b 24-26). Mas, a partir do quadro conceitual que viemos construindo até aqui e principalmente a partir das semelhanças de formulação acima referidas, podemos ver, agora, também a estrita convergência entre, por um lado, aquelas noções e, por outro, a noção de subjacente: de fato, as expressões *não ser dito de subjacente*, *separado* e *um isto* coincidem inteiramente em apontar para uma mesma determinação: para a *completude intrínseca* daquilo que subsiste por si mesmo, sem a pressuposição de nenhuma condição que lhe seja extrínseca e heterogênea⁴⁵.

Ora, mas como vimos, a expressão *não ser dito de (um outro) subjacente* fora oferecida justamente como definição da noção de subjacente. Se, por outro lado, as noções de *separado* e *um isto* designam precisamente a *unidade complexa e homogênea da forma específica*, podemos concluir, assim, que a convergência daquelas três expressões estabelece a estrita concordância entre as duas supostas perspectivas pelas quais se pretende desenvolver o conceito de essência, a saber, a perspectiva do subjacente e a da forma. Assim, já em 1029a 5-7, uma vez dada tão somente a definição de subjacente, Aristóteles pôde legitimamente determinar a primazia da forma,

⁴⁵ A estrita convergência entre essas três noções já foi defendida de modo perspicaz por S. Mansion (1946, p. 364-6). Não obstante, embora sublinhe devidamente que tais expressões visam designar a *determinação formal* e a *independência ontológica* da essência, S. Mansion não descreve estas duas últimas noções de maneira satisfatória e, o que é mais grave, não as relaciona com uma característica, a meu ver decisiva, da essência assim delimitada: a saber, a *homogeneidade intrínseca entre os elementos* de que ela se constitui. Ou seja: a convergência entre aquelas três expressões deverá ser resolvida, em última instância, pelo estatuto da correlação entre matéria e forma na constituição da essência natural, conforme sugerimos na secção III deste artigo, quando recorremos a Z-12 para compreender a unidade e homogeneidade intrínseca entre os elementos constituintes da forma *definida*. Somente a partir dessa articulação decisiva, pois, podemos apreender de maneira precisa não só a profunda coerência da trajetória delineada em Z, como também o interesse preciso que move Aristóteles na polêmica com os platônicos (a esse respeito, ver a secção final deste artigo).

entre as múltiplas acepções possíveis de *subjacente e de essência*. Não obstante, dada a possibilidade de se interpretar a noção de subjacente em um outro sentido, cujas conseqüências seriam inteiramente diversas, levando à absurda primazia da matéria sobre a forma, Aristóteles, dando-se conta de que a mera definição de subjacente apresenta-se como insuficiente para seus objetivos, introduz as noções de *separado e um isto* justamente para estabelecer, de maneira mais precisa e definitiva, as condições em que ocorre efetivamente a inteira convergência entre a *forma específica e o subjacente*.

Voltemos agora ao capítulo de *Metafísica-Δ* dedicado à essência e verifiquemos se já não era exatamente esse ponto que lá se oferecia como conclusão. Também nesse texto, Aristóteles se utiliza da expressão *não ser dito de subjacente* como marca característica da essência (1017b 13-14). No entanto, os exemplos aí oferecidos para a acepção de essência que se caracteriza por tal traço poderiam nos confundir, pois seria razoável entender *plantas, animais, corpos simples, etc.*, como exemplos de *substâncias primeiras*. No entanto, introduzindo a segunda acepção de essência, a de “*causa do ser, imanente nesses entes que não se dizem de um subjacente*” (1017b 15-16), Aristóteles fornece um exemplo esclarecedor: “*tal como alma para o animal*”. Isto é, a alma é concebida como *causa do ser essencial, imanente no animal*, o qual, por sua vez, nele mesmo, sem mais – e não enquanto *estes animais*, ou enquanto *algum animal* – afigura-se, assim, como exemplo de algo que *não se diz de um subjacente*. Se lembrarmos que, no texto dos *An. Post.*, I, 22, apresentavam-se como contrapostos aos predicados acidentais *ditos de um subjacente* justamente os predicados que significam a essência (83a 24) ou a quiddidade (83b 18) – ou, ainda, uma parte dela –, podemos afirmar com tranquilidade que essa caracterização do termo *animal*, supostamente uma “substância segunda”, pela expressão *não ser dito de subjacente* não mais pode nos surpreender.

Diante desse quadro, podemos contemplar sob outra perspectiva a conclusão do referido capítulo: “*sucedee, de fato, que a essência é dita de dois modos: o*

subjacente último, que não mais se diz de outro e aquilo que sendo um isto, é também separado; e tal é a forma e a espécie de cada ente” (1017b 23-26).

Vimos que a locução *não mais ser dito de outro* fora introduzida, em 1028b 36-37, exatamente como definição da noção de subjacente, a partir da qual subitamente apresentara-se, como consequência interna, a primazia da noção de forma entre as múltiplas acepções de essência. Vimos que, tendo em vista corrigir a ambivalência da referida definição e eliminar de vez as pretensões da matéria ao título de essência, Aristóteles recorreu às noções de *um isto* e *separado*, como traços distintivos do conceito de essência. Mediante essa retificação final em seu argumento, pois, manifestara-se a plena concordância entre as duas acepções principais de essência: a *forma específica*, como *um isto*, como *unidade complexa homogênea* contraposta à heterogeneidade dos compostos constituídos por um outro ser dito de um outro, coincide assim inteiramente com o *subjacente*, entendido como completude intrinsecamente *separada em si mesma*, à parte de quaisquer pressuposições externas.

Não bastassem essas convergências, lembremos que, em Θ -7, o *último* ($\epsilon\sigma\chi\alpha\tau\omicron\nu\nu$), o *subjacente extremo* na série das predicções, constituía um $\upsilon\pi\omicron\kappa\epsilon\acute{\iota}\mu\epsilon\nu\omicron\nu$ caracterizado justamente como *um isto* e *forma*, para aquém do qual haveria tão somente uma matéria primeira absolutamente indeterminada. No entanto, como nos ensina Z-3, não são justas as pretensões dessa matéria ao título de essência. Por conseguinte, o *subjacente último que não mais se diz de outro*, de que Aristóteles nos fala em Δ -8, eliminadas de uma vez por todas as ilegítimas pretensões da matéria primeira ao título de essência, não se configura como uma acepção de essência diversa daquela que é apresentada logo em seguida, a de forma específica, *um isto separado*: não temos, no fecho do capítulo Δ -8, dois significados mutuamente estranhos e irreconciliáveis do termo essência. Muito pelo contrário, temos a afirmação clara de que ambas as acepções configuram-se precisamente como diversas formulações de uma mesma coisa: o *subjacente último, que não mais se diz de outro*, consiste precisamente na *forma específica* que, sendo *um isto*, é também *separada*.

VI

Diante desse quadro conceitual e terminológico, é justamente o painel apresentado nas *Categorias* que se torna surpreendente⁴⁶. Embora não caiba, no curto espaço que ainda resta a este artigo, discutir detalhadamente essa problemática, cumpre-nos asseverar que o tratado das *Categorias*, ao conceber, por um lado, a expressão *não ser dito de um subjacente* como característica distintiva da *substância primeira* e, por outro lado, a expressão *ser dito de um subjacente* como marca própria da *substância segunda*, encontra-se em inteira discordância com um conjunto considerável de textos, nos quais se observa claramente que o objetivo e o interesse de Aristóteles, ao manejar aquelas duas expressões contrapostas, jamais consistiu em traçar uma distinção interna à própria categoria da essência (en-

⁴⁶ Owen ("The Platonism of Aristotle", in (1986), p. 209) admite que a expressão "*uma coisa é dita de outra*" é utilizada, nos textos aristotélicos, para designar o tipo de proposição na qual não há identidade entre o sujeito e o predicado. Esse princípio da não-identidade entre os termos de uma proposição, além do mais, teria desempenhado papel fundamental na articulação do argumento platônico do "terceiro homem": caso "*Sócrates é homem*" expressasse uma identidade entre sujeito e predicado, seguir-se-ia, dado que também "*Platão é homem*", que "*Sócrates é Platão*"; para evitar esse absurdo, seria necessário que *homem* significasse um "terceiro", nem Sócrates, nem Platão... Ora, diante desse quadro, no mais brilhantemente articulado, não conseguimos entender, não obstante, como Owen possa pretender que as *Categorias*, nas quais se afirma que a substância segunda é dita da substância primeira, constituía a etapa inicial da refutação aristotélica contra a teoria das idéias: pois, se a referida expressão é signo da não-identidade entre sujeito e predicado (como diz Owen, do "*non-identity assumption*") e se as *Categorias* se valem de tal expressão como uma das características da substância segunda, segue-se que, no quadro terminológico-conceitual deste tratado, seria plenamente válida a inferência de que a substância segunda é um terceiro, distinto do sujeito ao qual é atribuído. Para evitar essa conclusão, pois, Owen deveria então admitir, ao menos, que o autor das *Categorias* confere à expressão "*ser dito de um subjacente*", equivalente a "*ser dito de outra coisa*", um uso inusitado ou mesmo francamente inconsistente com o núcleo fundamental da argumentação aristotélica contra a teoria platônica das idéias.

tre coisas particulares e predicados universais). Muito pelo contrário: o interesse de Aristóteles consiste, sobretudo e exclusivamente, em estabelecer um critério seguro para a demarcação radical entre a categoria da essência e as categorias restantes.

O quadro terminológico-conceitual das *Categorias* demonstra-se ainda mais surpreendente em vista do conjunto do livro Z, no qual, ao desenvolver, da maneira a mais exaustiva que encontramos em seus escritos, o conceito de essência, Aristóteles, malgrado suas peripécias argumentativas, apresenta como resultado justamente a noção de unidade formal completamente determinada em si mesma, objeto de definição e, conseqüentemente, sujeito primeiro das proposições científicas.

Não cabe, no espaço que ainda nos resta, fornecer uma análise minimamente detalhada do percurso desenvolvido por Aristóteles no livro Z. Não obstante, cumpre-nos ainda evidenciar o interesse filosófico que faz das distinções terminológicas que viemos estabelecendo, algo mais do que um mero esforço de precisão filológica. Nesse sentido, podemos ver de maneira clara que a perfeita concordância entre as noções de *forma específica* e de *subjacente primeiro* encontra-se confirmada não só no resultado final do livro Z, como também em suas principais articulações.

Vimos que, em Z-4, pretendendo encontrar uma delimitação mais exigente e rigorosa do conceito de *quê-era-ser*, para além de sua delimitação meramente dialética, Aristóteles apresentara, em contraposição aos compostos acidentais constituídos pela predicação heterogênea de um outro a um outro que lhe é essencialmente distinto (tais como *homem branco*), justamente a noção de *um isto*, concebida como forma específica constituída por elementos homogêneos entre si. Essa mesma noção de *um isto*, no entanto, juntamente com a noção de *separado*, permitira manifestar, no final do capítulo Z-3, o caráter relativamente insuficiente da noção de subjacente para uma determinação completa do conceito de essência. A noção de subjacente, porém, longe de ter sido inteiramente afastada em favor das noções de *um isto* e *separado*, apresentava, já em 1028b 36, as

premissas implícitas que permitem a Aristóteles alcançar, a partir de 1029a 27, por meio justamente dessas duas referidas noções, uma inteira coincidência entre os dois critérios pelos quais se procura definir o conceito de essência, a saber, o da subjacência e o da determinação formal. Pois o raciocínio introduzido em 1029a 9, longe de ter por interesse *afastar* a noção de subjacente como inconveniente para a delimitação do conceito de essência, visa tão somente advertir para a ambigüidade da mesma e, com a intervenção decisiva das noções de *um isto* e *separado*, delimitar as condições precisas sob as quais ocorre efetivamente o pleno acordo entre a perspectiva da determinação formal e a da subjacência⁴⁷.

Esse acordo, por sua vez, manifesta-se de modo claro pelo fato de que apresentam o *mesmo traço distintivo*, tanto a definição de subjacente oferecida em 1028b 36 (a partir da qual, lembremos, Aristóteles inferiu *ex abrupto* a primazia da forma entre as acepções de essência) como a caracterização do *um isto* delineada em 1030a 2-14; e esse traço único não é outro senão a contraposição aos compostos heterogêneos constituídos por um outro ser dito de um outro.

No interior desse quadro, portanto, o *um isto*, como *forma específica* cujo enunciado constitui rigorosamente uma definição, consiste precisamente no *subjacente primeiro* que, concebível separadamente em si mesmo, como unidade autoconsistente, à parte de qualquer condição extrínseca adicional, apresenta-se como *sujeito* por excelência *das proposições científicas*, nas quais se afirmam de uma *essência* as determinações necessárias que podem ser imanentemente deduzidas de sua própria natureza, rigorosamente definida.

Observemos agora como essa noção de *unidade complexa homogênea*, que caracteriza a convergência entre forma e subjacente, comparece no

⁴⁷ A atenção especial concedida inicialmente à noção de subjacente, na estratégia do livro Z como um todo, justifica-se por um procedimento de argumentação comum em Aristóteles: pois não há nada mais conveniente, numa investigação, do que principiar pelo exame dos equívocos e ambigüidades que, caso não sejam desfeitos, impedem uma límpida compreensão do objeto a ser investigado.

centro da argumentação do livro Z. Em primeiro lugar, pois, desde 1030a 6-14, a noção de *um isto* aparece estritamente delimitada em função da *definibilidade* rigorosa, que compete apenas às *formas específicas* e não aos compostos acidentais designados por um nome único. Por outro lado, os capítulos centrais de Z, 10-11-12, não estarão ocupados senão em determinar de que maneira se constitui, entre os elementos da *essentia definienda*, uma unidade intrinsecamente determinada e imediata⁴⁸. Esta dificuldade, por sua vez, converge fundamentalmente para o problemático estatuto da matéria na constituição da essência sensível: Aristóteles busca delimitar as condições sob as quais a matéria poderia ser admitida, em certo sentido e segundo certa acepção peculiar, como elemento intrinsecamente contido na forma específica (εἶδος) e, conseqüentemente, a ser mencionado na definição da mesma. Após uma determinação preliminar dessas condições, o capítulo Z-12, finalmente, concluindo toda a odisséia argumentativa anterior, descreve a unidade intrínseca da *essentia definienda* como uma complexão de elementos imanentemente contidos, como determinações potenciais, nas diferenças ulteriores, até perfazer a forma diferencial última. Essa mesma descrição, por sua vez, é retomada de maneira nuançada no capítulo H-6 – que conclui de maneira definitiva a determinação do conceito de essência nos livros Z-H – e já estava implicitamente subjacente ao tratamento do conceito de essência em termos de causalidade, com o qual Aristóteles, no capítulo Z-17, encerra a investigação a respeito do mesmo⁴⁹.

⁴⁸ É verdade que algumas das questões lá explicitamente analisadas parecem ser outras: *se o enunciado do todo deve conter o enunciado da parte e se a parte é anterior ou posterior ao todo*, etc. No entanto, é o próprio Aristóteles que se encarrega de reformular tais questões em termos que evidenciam, subjacente a elas, o problema maior a ser resolvido: trata-se de saber “*a partir de que partes se constitui a essência*” (1034b 34).

⁴⁹ No capítulo Z-17, Aristóteles recorre manifestamente à teoria desenvolvida nos *Analíticos Posteriores* II, 1-2, 8-10, sobre a relação entre os nexos de causalidade e os procedimentos de definição e demonstração. Seu argumento poderia ser

É também em vista desse mesmo resultado que Aristóteles discute, nos capítulos 13-16, a tese platônica de que os universais seriam essência, pois, no contexto dessa polêmica, o interesse fundamental de Aristóteles, contrariamente ao que se tem pretendido, consiste em provar a inconsistência da premissa platônica, segundo a qual seria critério de *essencialidade* a maior *universalidade extensiva*, isto é, a maior abstração genérica⁵⁰. Ora, é precisamente em vista da determinação do conceito de essência como

resumido da seguinte maneira: se toda causa, pois, é causa de uma unidade, de uma *ligação entre dois elementos distintos*, também a *essência*, como causa, o será; no entanto, os elementos envolvidos na causalidade própria à essência não são *fisicamente outros*, nem, muito menos, heterogêneos entre si. Nesta perspectiva, não seria justo afirmar que a causalidade da *essência* envolve três itens (como a causalidade em sentido amplo), pois, de certo modo, ela nem sequer envolveria dois itens, na medida em que, enquanto *forma diferencial perfeita*, a *essência* é causa de sua própria unidade com uma *matéria* que, como determinação formal intrinsecamente contida na forma, é distinta desta última apenas sob o aspecto da menor efetivação de determinações.

⁵⁰ Presume-se que o argumento central dirigido por Aristóteles contra as idéias platônicas se resumiria a um realismo de senso comum, tal como apresentado nas *Categorias*: o que existe realmente é o indivíduo concreto (τόδε τι) e separado (χωριστόν), que não é predicado de nada (μη καθ' ὑποκειμένου). Cf., p.ex., Owen ("Particular and General", in (1986), p. 280), para quem o reaparecimento do τόδε τι, nessa polêmica contra o platonismo em Z-13, reafirmaria a incompatibilidade entre as duas perspectivas recalcitrantes (a da forma e a do indivíduo concreto) confrontadas em Z-3. No entanto, mesmo admitindo que Aristóteles se atém de fato a um tal realismo, penso que sua crítica às idéias separadas apresenta um interesse e uma configuração conceitual um pouco mais sutil. Apesar de algumas dificuldades, como 1038b 15-16, que *parece* entender μη καθ' ὑποκειμένου no sentido das *Categorias*, desde que se compreenda o καθόλου aí como *predicado universal* (o que não é evidente por si, cf. *Física*, I-1, 184a 23, 26), julgo que a intervenção do conceito de τόδε τι nessa polêmica pode ser entendida de maneira oposta à tradicional: pois o τόδε τι se caracteriza novamente pelos traços que lhe foram atribuídos no conjunto da argumentação de Z, 3-4: em 1038b 4-6, ele é apresentado como um dos sentidos de ὑποκειμένου (exatamente aquele sentido que se opõe à matéria) e, em 1039a 3 ss., como algo constituído por elementos apenas potencialmente distintos entre si.

forma específica (ou *diferença última*), concebida como unidade separada constituída de elementos homogêneos entre si, que se articula a polêmica com essas teses platônicas. Aristóteles pretende mostrar que, a partir da premissa de seus adversários (segundo os quais seriam essências entelequicamente separadas em si mesmas *também* e mesmo *preferencialmente*, os gêneros e as determinações comuns) as formas específicas jamais poderiam se constituir como essências – isto é, jamais poderiam satisfazer o conceito de *forma* delineado até Z-12. O ponto de Aristóteles é o seguinte: se os elementos genéricos da *forma específica* forem concebidos, cada qual em si mesmo, como uma determinação *separada* e autoconsistente em si mesma, isto é, como uma essência *distinta, separada* dos outros elementos da forma específica, resultará uma *heterogeneidade* no interior da essência: esta última jamais se constituirá como *unidade homogênea e imediata*, cujos elementos se apresentem como intrinsecamente idênticos e imanentemente contidos uns nos outros, mas, pelo contrário, constituir-se-á como uma *unidade heterogênea e contingente*, tal como os compostos acidentais tipificados pelo recorrente exemplo do *homem branco*⁵¹.

Assim, portanto, por intermédio de uma compreensão precisa do conceito de *um isto* introduzido em 1030a 2 ss. e da definição de subjacente oferecida em 1028b 36, podemos entender plenamente que, no horizonte do livro Z, não há, quanto à tentativa de se delimitar o conceito de essência, nenhuma oscilação entre dois critérios distintos, que levariam

⁵¹ Por este argumento compreende-se plenamente também a aproximação, efetuada em meio à delimitação do conceito de *quê-era-ser* mediante a noção de *um isto* (1030a 13-14), entre aquilo que se diz *por acidente e afecção* (κατὰ συμβεβηκός, κατὰ πάθος) e aquilo que se diz *por participação* (κατὰ μετοχήν). Essa aproximação, além do mais, é explicitamente retomada em Z-12 (1037b 18-21, onde o verbo μετέχει descreve a unidade acidental entre *homem e branco*) e parece-me claramente subjacente ao argumento de H-6 (1045a 14-22): isto é, a *forma platônica* é concebida como uma unidade meramente extrínseca entre elementos *heterogêneos*, tal como os compostos acidentais, e não fornece uma razão intrínseca para a unidade entre seus constituintes.

respectivamente a direções opostas⁵². Muito pelo contrário: ambos os referidos critérios coincidem em apontar um mesmo contorno para o conceito de essência: trata-se da *unidade formal separada*, concebida como determinação que se constitui de maneira completa em si mesma, separadamente de condições externas, justamente por envolver elementos homogêneos, essencialmente idênticos entre si e cuja ligação recíproca é immanentemente necessária. O objetivo de Aristóteles, no livro Z como um todo, não consiste senão em analisar de modo rigoroso as condições em que essa *unidade formal* seria possível. Visto que uma tal unidade apresentasse como modelo para a *inteligibilidade de direito imediata*, que deve caracterizar uma definição rigorosamente científica, apta a cumprir sua função de princípio próprio da ciência concernente a seu objeto, podemos afirmar que o horizonte de Aristóteles no livro Z, em última instância, consiste em estabelecer, mediante os dois mencionados critérios, as condições lógico-ontológicas pelas quais a essência poderia oferecer-se plenamente ao conhecimento científico, prestando-se a uma definição suficientemente *determinada e imediata*, isto é, não mediatizada por condições externas e capaz de sustentar, a partir tão somente de si mesma, a demonstração analítica de todas as propriedades necessárias do objeto assim definido⁵³.

Finalmente, sublinhemos, ainda uma vez que, (a) em vista da inteira convergência entre as noções de forma e de subjacente, estabelecida me-

⁵² Não há, portanto, nem “tentativa de conciliação” entre as exigências *realista e idealista* (como pretendem Moreau, (1985, p. 184) e Owen, “*Particular and General*”, *in* (1986), p. 280) nem, muito menos, esquizofrênica indecisão entre o espírito platônico e o asclepiáda (como pretende Le Blond, (1939, p. 378)).

⁵³ O livro Z, assim, ao menos em seus interesses preponderantes, faria parte de uma teoria mais ampla destinada a estabelecer as condições em que poderia se constituir um saber científico plenamente articulado segundo as regras de *exposição necessária* estabelecidas nos *An. Post.* A respeito da teoria da ciência que aí se estabelece e que, longe de se apresentar como método heurístico para a investigação do cientista, é compreendida como cânon para a exposição de um saber já pronto, cf. Owen (1986, p. 154), Wieland (1993, p. 64-5, 123), Porchat (1967, p. 64-70) e Barnes (1975, p. 77-85).

diante um percurso que, apesar de suas peripécias e impasses, manifesta uma profunda unidade de interesse, visto alcançar um resultado cujo horizonte já havia sido claramente delineado em Z-3, com as condições implícitas na primeira definição de subjacente e (b) sobretudo em vista do testemunho suplementar de vários outros textos, nos quais se verifica que as expressões *não ser dito de subjacente, um isto e separado* oferecem justamente aquelas mesmas condições almejadas em Z-3, é o quadro terminológico e conceitual das *Categorias* que nos parece merecer um tratamento rigorosamente cauteloso e crítico: definitivamente, pois, não faz sentido tomar tal texto como fio condutor para a compreensão do conceito aristotélico de essência e muito menos para a leitura do texto conscientemente destinado a desenvolver tal conceito da maneira mais completa⁵⁴.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. Obras de Aristóteles:

Aristotle's Metaphysics, a revised text with introduction and commentary by D. Ross, 2 vols., Oxford, Clarendon Press, 1924.

Aristotelis Opera, E. Bekker, Berlin, 1831-70.

Metaphysica, edição crítica de Werner Jaeger, Oxford, Clarendon Press, 1957.

Analitica Priora et Posteriora, edição crítica de D. Ross e L. Minio-Paluello, Oxford, Clarendon Press, 1964.

⁵⁴ Partes do argumento deste artigo foram apresentadas em versão preliminar no Xº Colóquio de História da Ciência promovido pelo Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Unicamp, em Campos do Jordão, em setembro de 1997. Agradeço a Carlos Arthur do Nascimento, Marco Zingano e Alberto Muñoz por proveitosas críticas e comentários naquela ocasião, e a estes dois últimos agradeço também por terem lido e criticado uma primeira versão deste artigo.

Categoriae et Liber de Interpretatione, edição crítica de L. Minio-Paluello, Oxford, Clarendon Press, 1949.

De Anima, edição crítica de D. Ross, Oxford, Clarendon Press, 1956.

Physica, edição crítica de D. Ross, Oxford, Clarendon Press, 1950.

Topica et Sophistici Elenchi, edição crítica de D. Ross, Oxford, Clarendon Press, 1958.

II. Comentadores:

ANGIONI, L. (1997). "Sobre a relação entre matéria e forma na constituição da essência sensível em Aristóteles", in *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, série 3, vol. 7, n° 2, CLE – Unicamp, Campinas.

AUBENQUE, P. (1962). *Le problème de l'être chez Aristote*, Paris, Presses Universitaires de France.

BARNES, J. (1975). "Aristotle's Theory of Demonstration", in *Articles on Aristotle*, vol. I, ed. by J. Barnes, M. Schofield, R. Sorabji, Oxford, Clarendon Press (originalmente publicado em *Phronesis*, vol. XIV, 1969).

BARNES, J. (1995). *Posterior Analytics*. Tradução e comentário, Oxford, Clarendon Press, 2ª ed.

BOLTON, R. (1995). "Science and Science of Substance in Aristotle's *Metaphysics Z*", *Pacific Philosophical Quarterly*, vol. 76, n° 3 & 4 (special double issue), pp. 419- 469.

BONITZ H. (1955). *INDEX Aristotelicum*, secunda editio, Akademische Druck-U. Verlagsanstalt, Graz, (primeira publicação em 1844).

Cad. Hist. Fil. Ci., Campinas, Série 3, v. 8, n. Especial, p. 69-126, jan.-dez. 1998.

- BOSTOCK, DAVID. (1994). *Aristotle Metaphysics – Books Z and H* (tradução e comentário), Oxford, Clarendon Press.
- BRUNSCHWIG J. (1979). “La forme, prédicat de la matière?”, in *Études sur la Métaphysique d’Aristote*, Actes du VI^e Symposium Aristotelicum, org. de P. Aubenque, Paris, Librairie Philosophique Vrin.
- BURNYEAT, M.F. (record.) (1979). *Notes on Zeta*. Study Aids, Monograph n. 1, Sub-faculty of Philosophy, Oxford.
- CHEN, Ch-H. (1957). “On Aristotle’s two Expressions καθ’ ὑποκειμένου λέγεσθαι and ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι”, *Phronesis* vol. 2, pp. 148-159.
- CHERNISS, H. (1944). *Aristotle’s criticism of Plato and the Academy*, Baltimore, The Johns Hopkins Press.
- GILL, M.L. (1989). *Aristotle on Substance: the Paradox of Unity*, Princeton University Press.
- GILLESPIE, C. M. (1925). “The Aristotelian Categories”, in *Articles on Aristotle*, vol. 3, ed. J. Barnes, M. Shofield & R. Sorabji, Londres, Duckworth, 1979 (1925 é a data original do artigo).
- IRWIN, TERENCE. (1988). *Aristotle’s First Principles*, Oxford, Clarendon Press.
- JAEGER, W. (1948). *Aristotle – Fundamentals of the History of his Development*, trad. de Richard Robinson, Oxford, Clarendon Press (ed. original de 1923).
- KUNG, J. (1978). “Can Substance Be Predicated of Matter?”, *Archiv für Geschichte der Philosophie*, vol. 60, pp. 140-159.

- LEBLOND, J. M. (1939). *Logique et méthode chez Aristote*, Paris, Librairie Philosophique Vrin.
- LEWIS, F.A. (1991). *Substance and Predication in Aristotle*, Cambridge University Press.
- LOUX, M. (1991). *Primary Ousia: an Essay on Aristotle's Metaphysics Z and H*. Cornell University Press, Ithaca.
- MANSION, S. (1946). "La première doctrine de la substance: la substance chez Aristote", republicado in *Études Aristotéliciennes – recueil d'articles*, org. de J. Follon, Louvain-la-Neuve, Institut Supérieur de philosophie, 1984.
- MOREAU, J. (1985). "L'être et l'essence chez Aristote", in *Études Aristotéliciennes – Métaphysique et Théologie*, org. de P. Aubenque, Paris, Librairie Philosophique Vrin, coleção reprise.
- OWEN, G. E. L. (1986). *Logic, Science and Dialectic*, (edited by Martha Nussbaum), London, Duckworth.
- OWENS, J. (1967). "Matter and Predication in Aristotle", in Moravcsik, J. M. (ed.). *Aristotle: a collection of critical essays*, Anchor Books, New York, pp. 191-214.
- PAGE, C. (1985). "Predicating Forms of Matter in Aristotle's *Metaphysics*", *Review of Metaphysics*, vol. XXXIX, n° 1, pp. 57-82.
- PORCHAT, O. (1967). *A noção aristotélica de ciência*, São Paulo (tese de doutoramento apresentada à USP), mimeo.
- ROSS, W. D. (1924). *Aristotle's Metaphysics*, a revised text with introduction and commentary, 2 vols., Oxford, Clarendon Press.

- SCALTSAS, T. (1992). "Substratum, Subject and Substance", in *Aristotle's Ontology*, Anthony Preus & John P. Anton (edd.), SUNY Press, New York, pp. 177-210.
- SCHOFIELD, Malcolm. "Metaph. Z 3: some suggestions", *Phronesis* vol. 17, 1972, p. 97-101.
- TOMÁS DE AQUINO, St. *In duodecim libros Metaphysicorum Aristotelis Expositio*, iam a Cathala, cura et studio P. Fr. Raymundi M. Spiazzi, Marietti Editori, Roma/Turim, 1950.
- TILES, J.E. (1983). "Why a Triangle has Two Right Angles Kath'Hauto", in *Phronesis*, vol. 28, n° 1.
- WIELAND, WOLFGANG. (1993). *La Física di Aristotele*, trad. de Carlo Gentili, Bologna, Società Editrice Il Mulino (ed. alemã de 1970).